



DADOS ESTATÍSTICOS

Projeção apontava que inversão entre idosos e jovens ocorreria em 2022, mas pandemia adiou: “troca” também indica melhoria na qualidade de vida

Em Curitiba, número de idosos deve ultrapassar o de crianças ainda em 2023

O dado, no entanto, não indica uma inversão radical na atual pirâmide etária da Capital paranaense nos próximos anos

A pirâmide etária de Curitiba será reconfigurada até o fim deste ano, de modo que o número de idosos vai ultrapassar o de crianças pela primeira vez. E vai continuar evoluindo. Até 2030, 21,9% da população da capital será idosa, enquanto que 16,8% será formada por crianças de 0 a 14 anos de idade. Uma diferença de 5,1%. Os dados são do estudo Cenários da Cidade - Curitiba Longevidade, produzido pelo Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba (Ippuc).

O estudo do Ippuc comprova a projeção populacional para 2017-2040 feita pelo Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (Ipardes), em 2018. Na projeção, Curitiba teria 1.937.699 habitantes em 2022. Desses, 332,6 mil seriam pes-

soas com mais de 60 anos (17,16%) e 330,8 mil crianças ou pré-adolescentes até 14 anos (17,07%).

O número de idosos ultrapassar o número de crianças e adolescentes não indica, no entanto, que haverá uma inversão na pirâmide etária da cidade. “Não há indícios de que haverá uma inversão na pirâmide etária ainda por muitos anos, porque a população em idade ativa é a mais representativa e engloba uma faixa etária extensa (15 a 59 anos)”, explicam as assistentes sociais Maria Tereza Gonçalves e Erika Haruno Hayashida, responsáveis pela pesquisa do Ippuc.

As especialistas contam que nem países reconhecidos pela população mais idosa, como o Japão, devem ter uma inversão da pi-

râmide etária de fato. O que deve acontecer é uma reestruturação na pirâmide, tomando um formato mais retangular, embora com a base mais estreita. Para uma inversão, o número de idosos e adultos teria que ser visivelmente maior que o de crianças, formando uma pirâmide invertida, literalmente.

Segundo o censo 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Curitiba tinha 1.751.907 habitantes. A prévia do IBGE do Censo 2022 diz que a capital tem 1.871.789 moradores, mas os dados ainda podem mudar. Com base nos dados atuais, o Ipardes prevê que, em 2030, Curitiba tenha 1.992.368 habitantes. Deste número, o total de homens acima de 60 anos será de 174.122, enquanto as mulheres serão 261.524, contabilizando os 435.646 ha-

bitantes idosos, 21,9% da população.

“A longevidade é uma conquista social, que advém de um conjunto de ações proporcionadas pela estruturação de políticas públicas de bem-estar social, ao longo das últimas décadas”, pontuam as assistentes sociais. A pesquisa tem como objetivo verificar as mudanças que estão acontecendo na cidade para que políticas públicas possam ser redirecionadas.

Os dados do estudo do Ippuc são provenientes de pesquisas realizadas por instituições reconhecidas, como o IBGE, IPARDES, IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), entre outros.

Livia Berbel, especial para o Bem Paraná, sob supervisão de Mario Akira

LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA
Online

1º Leilão: 27/04/2023 às 14h00 | 2º Leilão: 28/04/2023 às 14h00

BANCO PAN

Credora Fiduciária: BRAZILIAN SECURITIES COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO
Fiduciante: NORMA SUELI DIAS QUENTIN

LOTE 04 - CURITIBA/PR

Apartamento nº 301, do Tipo B, localizado no 3º pavimento, do Bloco E, do Recanto Verde Praças Residenciais 2, situado à Rua Francisco Raitani, nº 7153, Pinheirinho, em Curitiba/PR, com área construída de utilização exclusiva de 70,3800m², área construída de uso comum de 9,7698m², perfazendo a área correspondente ou global construída de 80,1498m², com direito de uso exclusivo de uma área descoberta de 11,0000m², correspondente à Vaga de estacionamento nº 127, do Tipo GI (desc.), do Estacionamento descoberto, localizado ao nível do Térreo (geral), e ainda, com direito de uso de uma área de uso comum descoberta, referente a recreações descobertas localizadas no térreo, de 9,1371m², correspondendo-lhe a fração ideal das partes comuns e do solo de 0,004630926 e quota do terreno de 64,3011m² do terreno onde está construído o Conjunto, constituído pelo lote Q. 8. 1-A-2, resultante da subdivisão do lote Q.8.1-A, este da subdivisão do Lote Q.8.1, da Planta Vila das Industrias II, situado no Bairro do Pinheirinho, em Curitiba/PR, localizado no lado ímpar do logradouro, a 177,02m de distância da esquina com a Rua Lothário Boutin, de forma irregular, medindo 93,94m de frente para a Rua Francisco Raitani (lote Q.8.1-A-3, desta mesma subdivisão); pelo lado direito, de quem da referida rua olha o imóvel mede 148,75m e confronta com o lote Q.8.1-A-1, desta mesma subdivisão; pelo lado esquerdo mede 140,15m e confronta com o lote de indicação fiscal nº 83.511.073.000 e na linha de fundos, onde mede 101,98m, confronta com o lote de indicação fiscal nº 83.511.080.000; fechando o perímetro e perfazendo a área total de 13.885,15m². Imóvel objeto da matrícula nº 167.721 do 8º Ofício de Registro de Imóveis de Curitiba/PR. Observação: Imóvel ocupado. Desocupação por conta do adquirente, nos termos do art. 30 e parágrafo único da lei 9.514/97.

Lance Mínimo 1º Leilão: R\$ 667.019,45 | Lance Mínimo 2º Leilão: R\$ 542.460,59

O arrematante presente pagará no ato o preço total da arrematação e a comissão do leiloeiro, correspondente a 5% sobre o valor de arremate, inclusive o devedor fiduciante, no caso do exercício do direito de preferência, na forma da lei. As demais condições obedecerão ao que regula o Decreto nº 21.981 de 19 de outubro de 1.932, com as alterações introduzidas pelo Decreto nº 22.427 de 1º de fevereiro de 1.933, que regula a profissão de Leiloeiro Oficial. Edital completo no site do leiloeiro. Leiloeira Oficial: Dora Plat - Jucesp 744.

PARA MAIS INFORMAÇÕES: 3003.0677 | PORTALZUK.com.br

ACIMA DOS 60

Crescimento acelerado

A cidade de Curitiba tem crescimento mais acelerado da população com mais de 60 anos do que a média do Brasil. Em 2021, 16,93% dos curitibanos eram sexagenários ou com mais idade, enquanto a porcentagem nacional das pessoas nesta faixa etária alcançava 14,69%.

Para 2030, a projeção é que 21,90% dos curitibanos tenham 60 anos ou mais, enquanto o percentual nacional deve alcançar 18,73%.

O grande contingente de pessoas segue ativo e com participação relevante na economia da cidade e do país.

Em Curitiba, segundo dados da Relação Anual de Informações Sociais (Rais) e no Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), 41.882 pessoas acima de 60 anos estavam empregadas formalmente em 2020, com renda média de 4,78 salários mínimos. Já as aposentadorias e benefícios assistenciais para idosos no município movimentaram mais de R\$ 5 bilhões em 2021.

Editora Bemparaná Ltda | CNPJ 76.637.305/0001-70

REDAÇÃO, ADMINISTRAÇÃO E COMERCIAL
Avenida Cândido de Abreu, 707
Centro Cívico
CEP 80.530-120
Curitiba - PR
Fone (41) 3350-6600
www.bemparana.com.br
contato@bemparana.com.br

FALE CONOSCO
Chefe de redação: (3350-6651) Josianne Ritz
Política (3350-6674) Ivan Santos
Geral (3350-6668) Mario Akira
Economia (3350-6668) Mario Akira
Diversão e Arte (3350-6651) Josianne Ritz
Esportes (3350-6677) Silvio Rauth Filho
Fotografia (3350-6679) Franklin de Freitas

REPRESENTANTE
PARANÁ/PR - RDP - Redes Diárias do Paraná S/A
Rua Marechal Hermes, 990, Juvevê, Curitiba, CEP 80.530-230, fone (41) 3019-3500
BRASILIA - REDEPAR/IBIS&ZMC Comunicações
SCLN 311 - Bloco D - Sala 111 - ASA NORTE - BRASILIA - DF
(61) 3349-5061/9986-2467 - CEP 70.757-540
PORTO ALEGRE - REDEPAR/JC COMUNICAÇÕES
Av. Venâncio Alves, 1191 - Cj. 82 - Bonfim - PORTO ALEGRE - RGS
(51) 3332-3994/8445-8566 - CEP 90 040 - 193
SÃO PAULO / RIO DE JANEIRO / FLORIANÓPOLIS - REDEPAR/Paraná
Rua Marechal Hermes, 990 - CURITIBA/Pr - CEP 80.530-230
(41)3019-3500 / 9972-3735 - florenzano@redepar.com.br

Fundador **ROBERTO BARROZO FILHO (1922-1999)**

RODRIGO BARROZO
Diretor

RONEY RODRIGUES PEREIRA
Superintendente

JOSIANNE RITZ
Chefe de Redação

LYCIO VELLOZO RIBAS
Secretário de Redação

ATENDIMENTO AO ASSINANTE
41 33506600

BIASI =leilões= **LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA | PRESENCIAL e ON-LINE**

1º Leilão: dia 24/04/2023 às 14h 2º Leilão: dia 04/05/2023 às 14h

EDUARDO CONSENTINO, leiloeiro oficial inscrito na JUCESP nº 616 (JOÃO VICTOR BARROCA GALEAZZI – preposto em exercício), com escritório à Av. Fagundes Filho, 145, Conjunto 22, Vila Monte Alegre, São Paulo/SP, devidamente autorizado pelo Credor Fiduciário ITAU UNIBANCO S/A, doravante designado **VENDEDOR**, inscrito no CNPJ sob nº 60.701.190/0001-04, com sede na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100, Torre Olavo Setúbal, na Cidade de São Paulo/SP, nos termos do Instrumento Particular de Venda e Compra de Bem Imóvel, Financiamento com Garantia de Alienação e Outras Avenças de nº 10158213109, firmado em 30/04/2021, no qual figura como Fidejuntante **ADRIELLE LARES DA SILVA**, brasileira, solteira, maior, não mantendo união estável, vendedora, portadora da CI nº 135959448-SSP/PR e do CPF/MF nº 103.930.469-90, residente e domiciliada na cidade de Fazenda do Rio Grande/PR, levará a **PÚBLICO LEILÃO** de modo **Presencial e On-line**, nos termos da Lei nº 9.514/97, artigo 27 e parágrafos, no dia 24 de abril de 2023, às 14:00 horas, à Av. Fagundes Filho, 145, Conjunto 22, Vila Monte Alegre, São Paulo/SP, em **PRIMEIRO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R\$ 226.475,79 (Duzentos e vinte e seis mil, quatrocentos e setenta e cinco reais e setenta e nove centavos)**, o imóvel a seguir descrito, com a propriedade consolidada em nome do credor fiduciário, constituído pela **CASA 04**, integrante do **"CONDÔMÍNIO RESIDENCIAL MORADAS DO IGUAÇU"**, situado nesta cidade de Fazenda do Rio Grande, da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba – Foro Regional da Fazenda Rio Grande – Paraná, tem a área construída privativa total no pavimento térreo com 46,16 m², área de implantação da construção com 46,16 m², área de terreno desoberto destinado a jardim e quintal com 43,06 m², área de uso comum (Rua interna de acesso de veículos e pedestres com 44,28 m²) perfazendo a quota de terreno com 133,50 m², correspondendo a fração ideal do solo de 0,2617. É a 4ª e última residência situada na lateral esquerda de quem da rua interna olha o condomínio, tem a numeração predial nº 321/04 da Rua Rio Jaiti. Condomínio este construído sobre o Lote de terreno sob nº 25, da Quadra nº 36, da Planta Santa Fé, com área total de 510,00 m². Matrícula nº 28.688 do Registro de Imóveis de Fazenda Rio Grande/PR. Obs: Ocupado. Desocupação por conta do adquirente, nos termos do art. 30 da lei 9.514/97. Caso não haja licitante em primeiro leilão, fica desde já designado o dia 04 de maio de 2023, às 14:00 horas, no mesmo local, para realização do **SEGUNDO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R\$ 169.886,23 (Cento e sessenta e nove mil, oitocentos e oitenta e seis reais e vinte e três centavos)**. Todos os horários estipulados neste edital, no site do leiloeiro (www.biasileiloes.com.br), em catálogos ou em qualquer outro veículo de comunicação consideram o horário oficial de Brasília-DF. O(s) devedor(es) fiduciante(s) será(ão) comunicado(s) na forma do parágrafo 2º-A do art. 27 da lei 9.514/97, incluído pela lei 13.465 de 11/07/2017, das datas, horários e locais da realização dos leilões fiduciários, mediante correspondência dirigida aos endereços constantes do contrato, inclusive ao endereço eletrônico ou por edital, se aplicável, podendo o(s) fiduciante(s) adquirir sem concorrência de terceiros, o imóvel outora entrega em garantia, exercendo o seu direito de preferência em 1º ou 2º leilão, pelo valor da dívida, acrescida dos encargos e despesas, conforme estabelecido no parágrafo 2º-B do mesmo artigo, ainda que, outros interessados já tenham efetuado lances, para o respectivo lote do leilão. O envio de lances on-line se dará exclusivamente através do site www.biasileiloes.com.br, respeitado o lance mínimo e o incremento mínimo estabelecido, em igualdade de condições com os participantes presentes no auditório do leilão de modo presencial, na disputa pelo lote do leilão, com exceção do devedor fiduciante, que poderá adquirir o imóvel preferencialmente em 1º e 2º leilão. Os interessados em participar do leilão de modo on-line, deverão se cadastrar no site www.biasileiloes.com.br, e se habilitar acessando a página deste leilão, clicando na opção **HABILITE-SE**, com antecedência de até 01 (uma) hora, antes do início do leilão presencial, não sendo aceitas habilitações após esse prazo. A venda será efetuada em caráter "ad corpus" e no estado de conservação em que se encontra. O proponente vencedor por meio de lance on-line ou presencial terá prazo de 24 horas depois de comunicado expressamente pelo leiloeiro acerca da efetiva arrematação do imóvel, condicionada ao não exercício do direito de preferência pelo devedor fiduciante, para efetuar o pagamento, por meio de transferência bancária, da totalidade do preço e da comissão do leiloeiro correspondente a 5% sobre o valor do arremate. **A transferência bancária deverá ser realizada por meio de conta bancária de titularidade do arrematante ou do devedor fiduciante, mantida em instituição financeira autorizada pelo BCB - Banco Central do Brasil.** As demais condições obedecerão ao que regula o Decreto nº 21.981 de 19 de outubro de 1932, com as alterações introduzidas pelo Decreto nº 22.427 de 1º de fevereiro de 1.933, que regula a profissão de Leiloeiro Oficial.

Mais informações: (11) 4083-2575/www.biasileiloes.com.br

BARI SECURITIZADORA S.A.
CNPJ/ME 10.608.405/0001-60 NIRE 41300313067
Edital de Convocação - Assembleia Geral dos Titulares de Certificados de Recebíveis Imobiliários da 1ª (Primeira) Série da 1ª (Primeira) Emissão da Bari Securitizadora S.A.

A Bari Securitizadora S.A. na qualidade de Emissora dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 1ª (Primeira) Série da sua 1ª (Primeira) ("CRI", "Emissão" e "Emissora", respectivamente), nos termos da cláusula 12.4 do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários da 1ª (Primeira) Série da 1ª (Primeira) Emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários da Bari Securitizadora S.A. celebrado em 27 de novembro de 2013 ("Termo de Securitização"), e Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, sociedade com sede na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 4.200, bloco 4, sala 514, Barra da Tijuca, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia ("CNPJ") sob o nº 17.343.682/0001-38 na qualidade de agente fiduciário ("Agente Fiduciário"), convoca os Srs. titulares dos CRI ("Titulares dos CRI") a participarem da **Assembleia Geral dos Titulares de CRI, em primeira convocação, a ser realizada no dia 08 de maio de 2023, às 15:00 horas ("Assembleia")**, de modo **exclusivamente digital**, por videoconferência *online* na plataforma **"Google Meet"**, administrada pela Emissora, **sem possibilidade de participação de forma presencial**, nos termos da Resolução CVM nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), sendo o acesso disponibilizado, pela Emissora, individualmente aos titulares dos CRI devidamente habilitados nos termos deste Edital, sendo possível a manifestação de voto via Instrução de Voto, para deliberar sobre: (i) waiver dos Investidores quanto a ocorrência do Evento de Recompra Compulsória dos CRI conforme previsto na cláusula 6.3, item "c" do Termo de Securitização, relacionado à denúncia da locação ocorrida mediante notificação direcionada pela Locatária à Cedente, sendo que as informações necessárias para as decisões serão disponibilizadas aos que direcionarem os documentos para participação na Assembleia; (ii) caso não aprovado o item (i) acima, os Investidores deverão deliberar as providências a serem tomadas em decorrência do Evento de Recompra Compulsória e do não pagamento do Valor da Recompra pela Cedente inclusive, mas não exclusivamente em relação a excussão das garantias e qual(is) garantia(s) deverá(ão) ser executadas e em qual ordem considerando que na Oferta temos as garantias de fiança e alienação fiduciária do imóvel; (iii) caso aprovado o item (ii) acima, a contratação de escritório especializado para execução das garantias e a manutenção de Fundo de Despesas em volume suficiente para fazer frente as despesas de excussão das garantias bem como de eventuais manifestações em defesa dos interesses do patrimônio separado; (iv) considerando a referida ocorrência do Evento de Recompra Compulsória dos CRI, relacionado à denúncia da locação, concessão de waiver dos Investidores para não renovação, e consequente não envio ao Agente Fiduciário, da Apólice de Seguro prevista na cláusula 2.1.3, (b) do Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Bens Imóveis e Outras Avenças ("Contrato de Alienação Fiduciária de Imóvel"); e (v) autorizar a Emissora, em conjunto com o Agente Fiduciário, a realizar todos os atos e celebrar todos e quaisquer documentos necessários para a implementação das deliberações desta Assembleia, incluindo, mas não se limitando, à celebração de aditamentos aos Documentos da Operação, conforme previsto no Termo de Securitização. Os titulares dos CRI que desejarem participar da Assembleia deverão encaminhar, preferencialmente, em até 48 (quarenta e oito) horas de antecedência da realização da Assembleia, os documentos de representação (contrato/estatuto social, ata de eleição, procuração, e documento de identificação RG e CPF dos signatários) para o seguinte endereço eletrônico: **assembleias@pentagonotruster.com.br** com cópia para **pos-emissao@barisecuritizadora.com.br**. Os titulares dos CRI poderão enviar seu voto de forma eletrônica ao Agente Fiduciário e à Emissora com cópia do Agente Fiduciário, conforme modelo de Instrução de Voto disponibilizado na mesma data da publicação deste Edital de Convocação pela Emissora em seu website, sendo sugerido seu envio preferencialmente até 48 (quarenta e oito) horas de antecedência da data de realização da Assembleia. O link de acesso à plataforma eletrônica será disponibilizado pela Emissora **apenas aos titulares dos CRI que manifestarem interesse em participar da Assembleia, através dos endereços eletrônicos e no prazo preferencial de 48 (quarenta e oito) horas de antecedência acima informados.**

São Paulo, 13 de abril de 2023 - Bari Securitizadora S.A.

SIRAMA - PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS LTDA.
CNPJ N.º 76.710.318/0001-28
ASSEMBLEIA DOS SÓCIOS

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

São convocados os senhores sócios a se reunirem em Assembleia dos Sócios, a ser realizada no dia **27 de abril de 2023, às 14 (quatorze) horas**, na sede social, situada na Rodovia Curitiba – Ponta Grossa, BR 277, n.º 125, bairro Mossunguê, em Curitiba (PR), a fim de discutir e deliberarem sobre a seguinte ordem do dia:

- Prestação de contas dos administradores, exame, discussão e votação do Balanço Patrimonial e das demonstrações financeiras relativos ao exercício social encerrado em 31.12.2022;
- Destinação do resultado do exercício findo e de lucros acumulados;
- Fixação da remuneração global dos órgãos da Administração.

17 de abril de 2023.

Conselho de Administração

Faça um orçamento
sem compromisso

3350.6620

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATINHOS
ESTADO DO PARANÁ
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO

AVISO DE REATIVAÇÃO DO CERTAME
PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE
PREÇOS Nº 012/2023 – PMM

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MOBILIAS PARA EQUIPAR O HOSPITAL NOSSA SENHORA DOS NAVEGANTES E A UPA 24 HORAS. com as características e especificações constantes deste Edital.

VALOR MÁXIMO GLOBAL: R\$1.297.125,35 (um milhão duzentos e noventa sete mil, cento e vinte e cinco reais e trinta e cinco centavos).

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM

INÍCIO DO PRAZO PARA ENVIO DA PROPOSTA: Dia 18/04/2023 à partir das 08h00min.

TÉRMINO DO PRAZO PARA ENVIO DA PROPOSTA: Dia 03/05/2023, até às 08h30min.

INÍCIO DA SESSÃO DE LANCES: Dia 03/05/2023, às 09h00min

REFERÊNCIA DE TEMPO: Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF).
O Município de Matinhos utilizará o portal de Licitações BLL COMPRAS em **"www.bll.org.br"** para realização desta licitação.

Os licitantes poderão efetuar **download** do edital e seus anexos no site oficial do Município de Matinhos, **"https://matinhos.atende.net/transparencia/item/licitacoes-gerais"**, e obter informações complementares na sede da na sede da Prefeitura de Matinhos, sito à Rua Pastor Elias Abrahão, nº 22, Centro, em Matinhos, Estado do Paraná, no horário das 08:00 às 11:30 e das 13:00 às 17:00 horas, de segunda a sexta-feira, fone: (41) 3971-6012 ou ainda através do e-mail: licitacao@matinhos.pr.gov.br.

Matinhos, 14 de abril de 2023

Tatiane Maria Pereira Sales
Pregoeira

COMPANHIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE ARAUCÁRIA
Compras e Contratos

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Pregão Eletrônico
Para Compras e Outros Serviços
2/2023
Processo Administrativo: 4/2023

Por atender aos interesses administrativos e por estar o Processo Licitatório em conformidade com o Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da Companhia e subsidiariamente com a Lei nº 8.666/93, HOMOLOGO o resultado desta Licitação, Modalidade Pregão Eletrônico – Menor Preço Pregão Global, cujo objeto é a **"Contratação de serviços de Publicidade Legal por empresa que edite jornal impresso, de grande e comprovada circulação diária no Estado do Paraná e na região metropolitana de Curitiba, para edição e publicação de atos oficiais da COHAB ARAUCÁRIA (Editais Licitatórios, Extratos em geral, Portarias e demais atos oficiais), e veiculação via web (sítio do jornal na internet), em conformidade com o disposto no Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da Companhia e subsidiariamente na Lei nº 8.666, conforme características e condições descritas no Edital e seus Anexos"**, sendo vencedora a empresa, para o Lote/Item conforme segue:

Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
1	SERVIÇOS DE PUBLICIDADE LEGAL EM JORNAL IMPRESSO DE GRANDE E COMPROVADA CIRCULAÇÃO DIÁRIA.	CM/ COLUN		3.000	R\$9,40	R\$28.200,00
Total do Fornecedor:						R\$28.200,00

Araucária, 14 de abril de 2023.

Assinado digitalmente por:
JOSE FERREIRA SOARES NETO:03015659960
030.156.599-60
14/04/2023 16:04:14

JOSE FERREIRA SOARES NETO
Diretor Presidente

IPM Sistemas Ltda
Atende Net - WCO v.2015.04
Identificador: WCO561204-544-VUIBVOPLQGAUXD-7 - Emitido por: MAGALI PAULA BOSCA
14/04/2023 15:59:06 -03:00

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM 14/04/2023 16:04:03:00-03 PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE: <https://www.bemparana.com.br/publicidade-legal>

CIA DE CIMENTO ITAMBÉ
CNPJ N.º 76.630.573/0001-60
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

São convocados os senhores acionistas a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada no dia **28 de abril de 2023, às 9h (nove horas)**, na sede social, situada na Rodovia Curitiba – Ponta Grossa, BR 277, n.º 125, bairro Mossunguê, em Curitiba (PR), a fim de discutirem e deliberarem sobre a seguinte ordem do dia:

- Prestação de contas dos administradores, exame, discussão e votação do Balanço Patrimonial e das demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2022;
- Destinação do resultado do exercício findo;
- Fixação da remuneração global dos órgãos da Administração.

Curitiba, 17 de abril de 2023.

Conselho de Administração

MUNICÍPIO DE DOIS VIZINHOS
Rerratificação referente à Publicação do Extrato de Contratos, Termos Aditivos.

A Prefeitura Municipal de Dois Vizinhos traz a Rerratificação referente ao Extrato de publicação de Contratos, Atas de Registro de Preços, Convênios e Termos Aditivos nº 049/2023, publicado, em 12 de abril no Diário Oficial dos Municípios (edição n.º 2749, página 503 e 504), no Jornal de Beltrão (edição 7.682, página 14), no Diário Oficial do Paraná (edição nº 11380, página 32) e no Bem Paraná (edição nº 12.134, página 14) em 13 de abril, em virtude de erro material, sendo que:

Onde se lê: Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 161/2022 – Tomada de Preços nº 007/2022.

Leia-se: Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 161/2022 – Concorrência nº 007/2022.

Dois Vizinhos, 14 de abril de 2023.

Luis Carlos Turatto
Prefeito

AUGUSTO THOMAZ S/A. – IND. E COM. DE MADEIRAS
CNPJ/MF – 78.142.999/0001-09

EDITAL DE CONVOCAÇÃO
PARA ASSEMBLEIA GERAL ORDINARIA

O Sr. Edson Marcio Thomaz, Diretor Presidente da sociedade **AUGUSTO THOMAZ S.A. – INDÚSTRIA E COMÉRCIO**, convoca os Srs. Acionistas para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária e Assembleia Geral Ordinária a serem realizadas no dia 24 de Abril de 2023, às 14:30 horas, na Rua Coronel Gracia, nº410, Irati, Paraná, para deliberarem sobre a seguinte **ORDEM DO DIA:** 1) Exame, discussão e votação das demonstrações financeiras e relatórios dos administradores e aprovação das contas relativas ao exercício financeiro findo em 31/12/2022; 2) Deliberação acerca da destinação do resultado do exercício findo em 31/12/2022.

Edson Marcio Thomaz
Diretor Presidente



COMPANHIA CAMPOLARGUENSE DE ENERGIA - COCEL

CNPJ Nº: 75.805.895/0001-30

Relatório Anual das Demonstrações Contábeis Societárias de 2022

Balço Patrimonial dos Exercícios Encerrados em 31 de Dezembro de 2022 e 2021

ATIVO		
ATIVO	2022	2021
CIRCULANTE		
Numerário disponível (Nota 5.1)	1.401	3.006
Aplicações no mercado aberto (Nota 5.2)	-	-
Consumidores, Concessionários e Permissionários (Nota 5.3)	18.025	22.009
Serviços em curso (Nota 5.4)	1.047	567
Tributos compensáveis (Nota 5.5)	15.476	770
Almoxarifado operacional (Nota 5.6)	1.841	1.755
Despesas pagas antecipadamente (Nota 5.7)	2.805	36
Ativos regulatórios (Nota 5.8)	20.984	31.624
Outros ativos circulantes (Nota 5.9)	3.786	2.048
	65.365	61.815
NÃO CIRCULANTE		
Tributos compensáveis (Nota 5.10)	78.661	641
Investimentos temporários (Nota 5.11)	250	223
Depósitos judiciais	157	89
Ativo financeiro indenizável (Nota 5.12)	3.778	1.574
Outros ativos não circulantes	1	1
	82.847	2.528
Intangível em serviço (Nota 5.13)	50.520	49.981
Intangível em curso (Nota 5.13)	9.375	5.784
	59.895	55.765
TOTAL DO ATIVO	208.107	120.108

PASSIVO		
PASSIVO	2022	2021
CIRCULANTE		
Fornecedores (Nota 5.16)	14.193	11.120
Empréstimos, financiamentos e debêntures (Nota 5.17)	13.850	7.145
Obrigações sociais e trabalhistas (Nota 5.18)	2.171	2.446
Tributos (Nota 5.19)	2.477	7.049
Provisão para litígios (Nota 5.20)	-	35
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio	4.298	4.308
Encargos setoriais (Nota 5.21)	5.397	3.080
Passivos regulatórios (Nota 5.22)	4.766	10.966
Outros passivos circulantes (Nota 5.23)	1.613	1.531
	48.765	47.680
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		
Empréstimos, financiamentos e debêntures (Nota 5.17)	9.536	9.698
Outros Passivos não circulantes (Nota 5.24)	91.368	-
	100.904	9.698
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Capital Social (Nota 5.25)	50.000	50.000
Reservas de Lucros	8.438	12.730
	58.438	62.730
TOTAL DO PASSIVO	208.107	120.108

Demonstrativo do Resultado dos Exercícios Encerrados em 31 de Dezembro de 2022 e 2021

	2022	2021
Receita Operacional (Nota 5.29)		
Fornecimento de Energia Elétrica	148.653	173.403
Disponibilização do Sistema de Distribuição	41.036	39.620
Ativos e Passivos Financeiros Regulatórios	(7.912)	13.871
Doações, Contribuições e subvenções Vinculadas ao Serviço Concedido	16.722	2.841
Outras Receitas	6.931	5.793
Receita de Construção	9.191	8.091
	214.621	243.619
Deduções da Receita Operacional (Nota 5.30)		
ICMS	(45.992)	(67.034)
Cofins / Paspsep	(14.587)	(16.150)
CDE - Conta de Desenvolvimento Energético	(27.418)	(17.123)
TFSEE - Taxa de Fiscalização	(116)	(106)
Pesquisa e Desenvolvimento/Eficiência Energética	(1.046)	(1.282)
Outros encargos	(5.619)	(426)
	(94.778)	(102.121)
Receita Operacional Líquida	119.843	141.498
Custos Não Gerenciáveis - Parcela "A" (Nota 5.31)		
Energia Elétrica comprada para Revenda	(53.250)	(74.485)
Encargo de Uso do Sistema de Transmissão/Distribuição	(28.499)	(25.730)
	(81.749)	(100.215)
Resultado Antes dos Custos Gerenciáveis	38.094	41.283
Custos Gerenciáveis - Parcela "B" (Nota 5.32)		
Pessoal e Administradores	(19.736)	(17.889)
Material	(2.125)	(1.746)
Serviços de Terceiros	(8.137)	(6.894)
Depreciação e Amortização	(3.611)	(3.359)
Custo com Construção	(9.191)	(8.091)
Outras Despesas Operacionais	(1.991)	(1.077)
	(44.791)	(39.056)
Resultado da Atividade	(6.697)	2.227
Resultado Financeiro		
Despesas Financeiras	(7.756)	(3.137)
Receitas Financeiras	10.159	3.363
	2.403	226
Resultado Antes dos Impostos sobre o lucro	(4.294)	2.453
Imposto de Renda / Contribuição Social s/Lucro	-	(680)
Lucro antes das Participações e da Reversão dos Juros Sobre o Capital Próprio	(4.294)	1.773
Participações nos Lucros	-	(441)
Reversão dos Juros Sobre o Capital Próprio	-	900
Lucro Líquido do Exercício	(4.294)	2.232
Lucro Líquido por Lote de Mil Ações do Cap. Social - R\$	-	4,46

Demonstrativo do Fluxo de Caixa dos Exercícios encerrados em 31 de Dezembro de 2022 e 2021

	2022	2021
Atividades operacionais		
Lucro/Prejuízo líquido do exercício	(4.294)	2.232
Ajustes de itens sem desembolso de caixa		
Juros sobre financiamentos	(4.078)	(686)
Provisão para contingências	(35)	(63)
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(159)	(173)
Amortização e baixas do intangível	4.666	4.543
Lucro líquido ajustado	(3.900)	5.853
(Aumento) redução do ativo		
Contas a receber de clientes	4.143	(2.377)
Serviços pedidos em curso	(481)	186
Depósitos judiciais	(68)	(13)
Ativos regulatórios	10.640	(15.843)
Tributos a recuperar	(92.725)	(772)
Estoques	(86)	(104)
Despesas antecipadas	(2.769)	23
Outros	(1.765)	(391)
	83.111	(19.291)
Aumento (redução) no Passivo		
Fornecedores	3.049	890
Obrigações sociais e trabalhistas	(252)	64
Tributos a recolher	(4.572)	1.214
Encargos setoriais	2.317	(2.600)
Passivos regulatórios	(6.199)	2.121
Outros	91.450	246
	85.793	1.934
Fluxo de caixa (consumido) / originado das atividades operacionais	(1.218)	(11.503)
Atividades de investimentos		
Intangível	(10.998)	(8.377)
Fluxo de caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(10.998)	(8.377)
Atividades de financiamentos		
Financiamentos e empréstimos adquiridos	15.542	17.631
Amortização de empréstimos	(4.921)	(101)
Dividendos distribuídos	(10)	(10)
Fluxo de caixa originado das (aplicados nas) atividades de financiamentos	10.611	17.250
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	(1.605)	2.360
Total de efeitos no caixa		
Saldo inicial de caixa	3.006	5.366
Saldo final de caixa	1.401	3.006
Variação no caixa	(1.605)	(2.360)

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido Para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2022 e 2021

Descrição	Capital Social	Reservas de lucros		Lucros Acumulados	Total
		Reserva legal	Reserva de investimento		
Saldos em 31 de dezembro de 2020	50.000	3.436	7.963	-	61.399
Aumento do Capital Social	-	-	-	-	-
Lucro Líquido de Exercício	-	-	-	2.232	2.232
Destinação do Lucro proposta a AGO (nota 5.26)	-	-	-	-	-
- Reserva Legal	-	112	-	(112)	-
- Reserva de Retenção do Lucro	-	-	1.221	(1.221)	-
JSCP (R\$ 2,00 por lote de mil ações)	-	-	-	(900)	(900)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	50.000	3.548	9.183	-	62.731
Aumento do Capital Social	-	-	-	-	-
Lucro Líquido de Exercício	-	-	-	(4.294)	(4.294)
Destinação do Lucro proposta a AGO (nota 5.26)	-	-	-	-	-
- Reserva de Retenção do Lucro	-	-	(4.294)	4294	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	50.000	3.548	4.889	-	58.437

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS LEVANTADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

*Valores expressos em milhares de reais

1. Contexto Operacional

A Companhia Campolarguense de Energia - Cotel, fundada em 05 de março de 1968, é uma sociedade de Economia Mista de capital fechado, controlada pelo Governo Municipal de Campo Largo, que detém 99,6% do seu Capital Social.

A Companhia tem como atividade principal a distribuição de energia elétrica no Município de Campo Largo, Estado do Paraná, que possui uma área de 1.244 km².

Até maio de 2019 a Cotel era suprida pela Companhia Paranaense de Energia - Copel, após esse período tornou-se agente da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CEE e atualmente possui seu portfólio de compra de energia composto pelas cotas compulsórias e contrato de aquisição de energia com a empresa Tradener Ltda.

2. Da Concessão

A Companhia Campolarguense de Energia - Cotel detém a concessão para distribuir energia no Município de Campo Largo, Estado do Paraná, junto ao órgão regulador do Serviço Público de Energia Elétrica - Aneel. A Cotel assinou em 09/12/2015 o Quinto Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 27/1998, prorrogando a vigência até 07/07/2045, de acordo com o Despacho do Ministro de Estado de Minas e Energia de 09/11/2015, com fundamento na Lei nº 12.783/2013, no Decreto nº 7.805/2012 e no Decreto nº 8.461, de 02/06/2015.

O contrato de concessão e seus aditivos encontram-se disponíveis na página da ANEEL: <http://www.aneel.gov.br>

3. Apresentação das Demonstrações Contábeis:

3.1. Declaração De conformidade

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Companhia está adotando as alterações na legislação societária introduzidas pela Lei nº 11.638, aprovada em 28 de dezembro de 2007, com as respectivas modificações introduzidas pela Medida Provisória nº 449 de 3 de dezembro de 2008, convertida na Lei nº 11.941 em 27 de maio de 2009, a qual modifica, revoga e introduz novas disposições da Lei das Sociedades por Ações - Lei nº 6.404/76. A referida lei estabelece diversas alterações sobre a elaboração de demonstrações contábeis, visando o alinhamento com as normas internacionais de contabilidade. Nesse sentido, estão sendo observados de forma consistente os pronunciamentos do CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

Os dados não financeiros incluídos nesta demonstração contábil tais como, MW, MWh e aspectos qualitativos para determinar a cobertura de seguros, não foram auditados.

3.2. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em real, que é a moeda funcional da Companhia. As informações financeiras foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

As transações em moeda estrangeira são contabilizadas utilizando-se a taxa de câmbio vigente na data da respectiva transação. Os ativos e passivos denominados em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data do balanço patrimonial. As variações cambiais são reconhecidas na demonstração do resultado quando incorridas.

3.3. Base de mensuração

As demonstrações contábeis societárias foram preparadas com base no

custo histórico com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais: a) os instrumentos financeiros não-derivativos designados por meio do resultado são mensurados pelo valor justo; e b) os ativos financeiros disponíveis para venda são mensurados pelo valor justo.

3.4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas e de mensuração

Julgamentos

A preparação das Demonstrações Contábeis Societárias da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das Demonstrações Contábeis Societárias.

Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

No processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia, a administração fez os seguintes julgamentos que têm efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas Demonstrações Contábeis Societárias.

Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco expressivo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir.

Amortização do intangível de concessão

Os ativos intangíveis são amortizados de forma linear pelo prazo correspondente ao direito de cobrar os consumidores pelo uso do ativo da concessão que o gerou (vida útil regulatória dos ativos) ou pelo prazo do contrato de concessão, dos dois o menor. Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Companhia utilizou as vidas úteis regulatórias definidas na Resolução ANEEL nº 674/2015.

Ativo financeiro de concessão

O critério de apuração e atualização do ativo financeiro de concessão está na nota 5.12.

Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é



COMPANHIA CAMPOLARGUENSE DE ENERGIA - COCEL

CNPJ Nº: 75.805.895/0001-30

Relatório Anual das Demonstrações Contábeis Societárias de 2022

determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

Provisões para riscos tributários, regulatórios, cíveis e trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para causas cíveis, trabalhistas, tributárias e regulatórias. A avaliação da probabilidade de perda inclui avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Provisão para perda esperadas

A Companhia mensura as perdas de crédito esperadas para contas a receber de clientes de curto prazo por meio da utilização de matriz de provisões baseada na experiência de perda de crédito histórica não ajustada, quando tal informação representa a melhor informação razoável e sustentável, ou, ajustada, com base em dados observáveis atuais para refletir os efeitos das condições atuais e futuras para cada linha de negócio operado pela Companhia.

A Companhia utiliza a abordagem de mensuração por meio de uma matriz de provisão que considera o histórico de inadimplência. São considerados os históricos de forma segregada em faturamento regular e parcelamentos, por classe de consumo (residencial, industrial, comercial, rural, poder público, iluminação pública e serviço público). Além disso, há uma análise individual dos processos judiciais com avaliação da probabilidade de perda e respectiva provisão esperada.

Para os grandes consumidores há uma análise individualizada, que avalia as perdas com base nas negociações e respectiva situação financeira.

3.5. Normas e Interpretações Novas/Revisadas/Alteradas

Os principais normativos alterados, emitidos em discussão pelo International Accounting Standards Board (IASB) e pelo Comitê de Pronunciamentos contábeis, estão abaixo elencados:

Norma/revisada/alterada	Descrição da alteração/revisão	Início de vigência
IFRS 3/CPC 15: Combinação de Negócios	Estabelece novos requerimentos para determinar se uma transação deve ser reconhecida como uma aquisição de negócio ou como uma aquisição de ativos.	1º de janeiro de 2020
IFRS 9/CPC 48: Instr. Financeiros IFRS 7/CPC 40: Instr. Financeiros-Evidenciação IAS 39/CPC 38: Instr. Financeiros-Reconhecimento e Mensuração	Inclusão de exceções temporárias aos requerimentos atuais da contabilidade de hedge para neutralizar os efeitos das incertezas causadas pela reforma da taxa de juros referenciais (IBOR).	1º de janeiro de 2020
IAS 1 / CPC 26: Apresentação das Demonstrações Contábeis IAS 8 CPC 23: Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erros	Altera a definição de "material", estabelecendo que uma informação é material se a sua omissão, distorção ou obscuridade puder influenciar razoavelmente a tomada de decisão dos usuários das demonstrações contábeis.	1º de janeiro de 2020
IFRS 16 / CPC 06 (R2): Arrendamentos	Requerimentos com o objetivo de facilitar para os arrendatários a contabilização de eventuais concessões obtidas nos contratos em decorrência da COVID-19, tais como perdão, suspensão ou mesmo reduções temporárias de pagamentos.	1º de janeiro de 2020

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas que não entraram em vigor até a data da emissão das demonstrações da COCEL, estão descritas acima. A Companhia pretende adotar estas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

4. Principais Práticas Contábeis Adotadas na Elaboração das Demonstrações Contábeis:

4.1. Reconhecimento de receita

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil da competência do exercício.

Prestação de serviços

As receitas de todos os serviços prestados são reconhecidas quando auferidas. O faturamento de energia elétrica para todos os consumidores é efetuado mensalmente de acordo com o calendário de leitura. A receita não faturada, correspondente ao período decorrido entre a data da última leitura e o encerramento do mês, é estimada e reconhecida como receita no mês em que a energia foi consumida.

Receita de juros

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, classificados como disponíveis para venda, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-

se a taxa de juros efetiva. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

Receita de construção

A ICPC 01 estabelece que a concessionária de energia elétrica deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com o Pronunciamentos Técnicos CPC47 – Contratos com Clientes, mesmo quando regidos por um único contrato de concessão. A Companhia contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica. A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual a zero, considerando que: (i) a atividade fim da Companhia é a distribuição de energia elétrica; (ii) toda receita de construção está relacionada com a construção de infraestrutura para o alcance da sua atividade fim, ou seja, a distribuição de energia elétrica; e (iii) a Companhia terceiriza a construção da infraestrutura com partes não relacionadas. Mensalmente, a totalidade das adições efetuadas ao ativo intangível em curso é transferida para o resultado, como custo de construção, após dedução dos recursos provenientes do ingresso de obrigações especiais.

Ativo Regulatório Ativos e passivos financeiros setoriais líquidos

Refere-se ao reconhecimento e à realização de diferenças temporais, cujos valores são repassados anualmente na tarifa de distribuição de energia elétrica – Parcela A e outros componentes financeiros, conforme Módulo 4 do PRORET – Componentes Financeiros das Tarifas de Distribuição.

4.2. Impostos

Imposto de renda e contribuição social – correntes

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de impostos e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aqueles que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço.

Imposto sobre vendas

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas, exceto:

- ✓ Quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não for recuperável junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso; e
- ✓ Valores a receber e a pagar apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas.

O valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

4.3. Subvenções governamentais

São reconhecidas quando houver razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas. Quando o benefício se refere a um item de despesa, é reconhecido como receita ao longo do período do benefício, de forma sistemática em relação aos custos cujo benefício objetiva compensar. Quando o benefício se referir a um ativo, é reconhecido como receita diferida e lançado no resultado em valores iguais ao longo da vida útil esperada do correspondente ativo. Quando a Companhia receber benefícios não monetários, o bem e o benefício são registrados pelo valor nominal e refletidos na demonstração do resultado ao longo da vida útil esperada do bem, em prestações anuais iguais.

4.4. Instrumentos financeiros

Ativos financeiros - reconhecimento e mensuração

Os ativos financeiros da Companhia são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado.

A Companhia determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial.

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes e outras contas a receber.

Passivos financeiros - reconhecimento e mensuração

Os passivos financeiros da Companhia são classificados como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado e empréstimos e financiamentos. A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial.

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos, sujeitos a juros, são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

Os passivos financeiros da Companhia incluem contas a pagar a fornecedores, outras contas a pagar e empréstimos.

4.5. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às Demonstrações Contábeis tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos.

Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, a Companhia concluiu que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às Demonstrações Contábeis Societárias tomadas em conjunto.

4.6. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

4.7. Contas a receber de clientes

Inclui os valores faturados aos consumidores finais, ajustados ao valor presente, quando aplicável, a receita referente à energia consumida e não faturada, uso da rede, os serviços prestados, os acréscimos moratórios e outros créditos, até o encerramento do exercício, contabilizados com base no regime de competência.

4.8. Estoques

Os materiais e equipamentos em estoques classificados no ativo circulante compreende o almoxarifado de manutenção de obras e administrativo. Estão registrados pelo custo médio de aquisição e não excedem os seus custos de reposição ou valores de realização.

4.9. Ativo indenizável (Concessão)

O Contrato de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica e aditivos celebrados entre a União (Poder Concedente – Outorgante) e a Companhia (Concessionária – Operador) regulamentam a exploração dos serviços públicos de distribuição de energia elétrica pela Companhia, onde:

- ✓ O contrato estabelece quais os serviços que o operador deve prestar e para quem (classe de consumidores) os serviços devem ser prestados;
- ✓ O contrato estabelece padrões de desempenho para prestação de serviço público, com relação à manutenção e à melhoria da qualidade no atendimento aos consumidores, e o operador tem como obrigação, na entrega da concessão, devolver a infraestrutura nas mesmas condições em que a recebeu na assinatura desse contrato. Para cumprir com essas obrigações, são realizados investimentos constantes durante todo o prazo da concessão. Portanto, os bens vinculados à concessão podem ser repostos, algumas vezes, até o final da concessão;
- ✓ Ao final da concessão os ativos vinculados à infraestrutura devem ser revertidos ao poder concedente mediante pagamento de uma indenização; e
- ✓ O preço é regulado através de mecanismo de tarifa estabelecido nos contratos de concessão com base em fórmula paramétrica (Parcelas A e B) e são definidas as modalidades de revisão tarifária, que deve ser suficiente para cobrir os custos, a amortização dos investimentos e a remuneração pelo capital investido.

Com base nas características estabelecidas no contrato de concessão de distribuição de energia elétrica da Companhia, a Administração entende que estão atendidas as condições para a aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 – Contratos de Concessão, a qual fornece orientações sobre a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, de forma a refletir o negócio de distribuição elétrica, abrangendo:

- ✓ Parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão apurados com base no Valor novo de reposição ("VNR") classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente; e
- ✓ Parcela remanescente do ativo financeiro (valor residual) apurada de acordo com o VNR classificada como um ativo intangível em virtude da sua recuperação estar condicionada à utilização do serviço público, através do consumo de energia pelos consumidores, nota 12.

A infraestrutura recebida ou construída da atividade de distribuição que estava originalmente representada pelo ativo intangível da Companhia é recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber: (i) parte através do consumo de energia efetuado pelos consumidores (emissão do faturamento mensal da medição de energia consumida/vendida) durante o prazo da concessão; e (ii) parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, essa a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa.

Essa indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido.

De acordo com a Lei 12.783/2013, o cálculo do valor dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou não depreciados, para fins de indenização, deve utilizar como base a metodologia de valor novo de reposição, conforme critérios estabelecidos em regulamento do poder concedente. Tal normativo só produziu efeitos no exercício de 2016, não afetando o resultado de anos anteriores.

A Companhia reconhece um ativo financeiro resultante de um contrato de concessão quando tem um direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro equivalente do poder concedente pelos serviços de construção ou melhoria prestados. Tais ativos financeiros são mensurados pelo seu valor justo quando do reconhecimento inicial, e após o reconhecimento inicial estes ativos financeiros são mensurados pelo seu custo amortizado.

Caso a Companhia seja ressarcida pelos serviços de construção parcialmente através de um ativo financeiro e parcialmente por um ativo intangível, então cada componente da remuneração recebida ou a receber é registrado individualmente e é reconhecido inicialmente pelo



COMPANHIA CAMPOLARGUENSE DE ENERGIA - COCEL

CNPJ Nº: 75.805.895/0001-30

Relatório Anual das Demonstrações Contábeis Societárias de 2022

valor justo da remuneração recebida ou a receber.

4.10. Ativos Intangíveis

Contratos de concessão

A Companhia reconhece como um ativo intangível resultante de um contrato de concessão de serviços, quando ela tem um direito de cobrar pelo uso da infraestrutura de tal concessão. Um ativo intangível recebido como remuneração pela prestação de serviços de construção ou melhorias em um contrato de concessão de serviços é mensurado pelo valor justo mediante o seu reconhecimento inicial. Após este reconhecimento tal ativo intangível é mensurado pelo seu custo, deduzidos da amortização acumulada e das perdas por redução do seu valor recuperável.

Outros ativos intangíveis

Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm sua vida útil finita são mensurados pelo seu custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução acumulada do seu valor recuperável.

Amortização

A amortização é calculada sobre o custo de aquisição do ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual apurado. A amortização é reconhecida no resultado com base no método linear com relação à vida útil estimada dos ativos intangíveis, que não ágio, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso. Este método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo.

A vida útil de um ativo intangível, em um contrato de concessão de serviço, é o período a partir do qual a Companhia tem a capacidade de cobrar do público pelo uso da infraestrutura até o final do período da concessão. Os métodos de amortização, vidas úteis e valores residuais são revistos caso haja alterações deliberadas pelo órgão regulador.

4.11. Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, em todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas.

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

4.12. Resultado por quota

O resultado por quota básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos quotistas diretamente proporcional.

4.13. Custos de empréstimos

Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um período de tempo substancial para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Os custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo.

4.14. Demonstração de Resultados Abrangentes

A COCEL não apresentou as Demonstrações dos Resultados Abrangentes por motivo de não existir nenhum resultado que se caracterize como abrangente.

4.15. Segmento de negócios

Segmentos operacionais são definidos como atividades de negócio dos quais pode se obter receitas e incorrer em despesas, cujos resultados operacionais são regularmente revisados pela Administração da Companhia para a tomada de decisões sobre alocação de recursos aos segmentos e para a avaliação do seu desempenho.

Todas as decisões tomadas pela Administração da Companhia são baseadas em relatórios consolidados, os serviços são prestados utilizando-se uma rede integrada de distribuição, e as operações são gerenciadas em bases consolidadas. Consequentemente, a Companhia concluiu que possui apenas o segmento de distribuição de energia elétrica como passível de reporte.

5. Notas Explicativas

ATIVO CIRCULANTE

5.1. Disponibilidades

Estão representadas por depósitos bancários avaliados ao custo de realização até a data do balanço patrimonial.

	2022	2021
Caixa	5	1
Contas bancárias a vista	1.062	2.497
Numerários em trânsito	334	508
Total	1.401	3.006

O saldo de Numerário em Trânsito corresponde aos valores arrecadados

pela rede bancária e ainda não creditados pela mesma.

5.2. Aplicações Financeiras

O ano de 2022 encerrou sem saldo de aplicações financeiras em dezembro/2022.

5.3. Consumidores, Concessionários e Permissoários.

As contas a receber incluem os valores referentes ao faturamento já emitido, bem como a receita proveniente de energia fornecida e ainda não faturada ao final do exercício. A receita de distribuição de energia elétrica é reconhecida no momento do faturamento. Para a receita não faturada, conforme o ciclo de faturamento mensal é feita a provisão tendo como referência a carga real de energia disponibilizada e o índice de perda elétrica em bases anuais.

	2022	2021
Fornecimento faturado	10.940	16.070
Fornecimento não faturado	7.197	5.988
Outras cobranças de consumidores	1.124	1.028
(-) Provisão p/Créditos de liquidação duvidosa – PCLD	(1.236)	(1.077)
Total	18.025	22.009

O fornecimento faturado de energia acrescida de outras cobranças nas faturas apresenta o seguinte perfil por data de vencimento e classe:

	Saldos vincen- dos	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Total	Conso- lidado
Consumidores		2022			2021
Residencial	2.520	1.868	691	5.079	7.782
Industrial	1.611	548	218	2.377	3.555
Comercial	1.547	393	200	2.140	3.019
Rural	149	76	8	233	294
Poder Público	197	11	1	209	290
Iluminação Pública	378	-	-	378	703
Serviço Público	375	6	-	381	513
Serviço taxado e outras	513	469	161	1.143	752
Não faturado	7.197	-	-	7.197	5.988
Participação Financeira	68	-	-	68	150
Governo do Paraná – Luz Fraterna	56	-	-	56	40
Sub total	14.611	3.372	1.279	19.262	23.086
(-) Crédito liq. Duvidosa	(1.236)	-	-	(1.236)	(1.077)
Total	13.375	3.372	1.279	18.025	22.009

5.4. Serviços em Curso

Representados pelos custos apropriados em ordens de serviços próprias ou de terceiros, cujos valores serão transferidos para o ativo intangível ou para custo dos serviços prestado a terceiros por ocasião do encerramento das respectivas Ordens de Serviços – ODS.

	2022	2021
Serviços em redes elétricas	54	122
Programas de Eficiência Energética	13	283
Programas de Pesquisa & Desenvolvimento	766	44
Manutenção de Iluminação Pública	205	111
Outras ordens em curso	9	7
Total	1.047	567

5.5. Tributos compensáveis

	2022	2021
ICMS a compensar Curto Prazo	619	403
Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ	11	39
Contribuição Social s/Lucro Líquido – CSLL	13	14
Cofins/Pasep s/exclusão da base do ICMS	14.691	-
Outros	142	314
Total	15.476	770

5.6. Almoxarifado operacional

Corresponde aos materiais no almoxarifado de manutenção e estão avaliados pelo custo médio de aquisição, no montante de R\$ 1.841, (R\$ 1.755 em 31 de dezembro de 2021), e não excedem ao valor de mercado.

5.7. Despesas Pagas Antecipadamente

Prêmios de Seguros: Saldo dos pagamentos antecipados de prêmios de seguros vincendos, até a efetiva realização destas despesas pelo regime contábil de competência no valor de R\$ 36.

Registrado o valor de R\$ 2.769 referente a honorários advocatícios relativos ao processo de recuperação da Cofins e do Pasep com a exclusão do ICMS sobre a base de cálculo.

5.8. Ativos Regulatórios

Correspondem às variações positivas de custos relacionados à compra de energia e encargos regulatórios, ocorridas no período entre reajustes tarifários e/ou revisões periódicas, de modo a permitir maior neutralidade no repasse dessas variações para as tarifas.

• **Valores tarifários não gerenciáveis a compensar da Parcela A – CVA:** A Portaria Interministerial dos Ministros de Estado da Fazenda e de Minas e Energia nº 25, de 24 de janeiro de 2002, estabeleceu a Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da “Parcela A” - CVA, com o propósito de registrar as variações de custos, negativas ou positivas, ocorridas no período entre reajustes tarifários anuais, relativos aos itens previstos nos contratos de concessão de distribuição de energia elétrica. Estas variações são apuradas por meio da diferença entre os gastos efetivamente incorridos e os gastos estimados no momento da constituição da tarifa nos reajustes tarifários anuais. Os valores considerados na CVA são atualizados monetariamente com base na taxa SELIC;

• **Neutralidade da Parcela A:** Refere-se à neutralidade dos encargos setoriais na tarifa, apurando as diferenças mensais entre os valores

faturados e os valores inseridos nas tarifas; e

A partir da assinatura do 4º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão em 10/12/2014, a Cotel aplicou a OCPC nº 08 a partir do exercício de 2014, com registros dos valores do ativo financeiro setorial em contrapartida à receita operacional.

	2022	2021
CVA - Custo de Aquisição de Energia (constituição e amortização)	5.287	11.381
CVA - PROINFA (constituição e amortização)	618	107
CVA - Conta de Desenv. Energético CDE (constituição e amortização)	2.980	871
Transporte de Energia Rede Básica	8	291
Transporte de Energia Elétrica – Itaipu	206	276
Encargos de Serv.de Sistemas – ESS/ERR	1.997	6.895
Neutralidade Parcela “A” (constituição e amortização)	771	-
Sobrecontratação de Energia	-	1
Previsão Risco Hidrológico	-	3.372
Diferimentos de Reposição Tarifária	9.117	8.430
Total	20.984	31.624

5.9. Outros Ativos Circulantes

	2022	2021
Créditos a receber – empregados	188	172
Títulos de créditos a receber – Consumidores	513	810
Reembolsos do fundo da Conta de Desenvolvimento Energético		
- Subsidio Água, Esgoto, Saneamento e Rural	28	58
- Subsidio Carga Fonte Incentivada – CL	925	-
- Subvenção CDE ref.tarifas reduzidas	810	-
- Bônus s/redução voluntária consumidor	254	-
- Subsídios Baixa Renda - Eletrobrás	217	226
Compartilhamento da infraestrutura a receber	749	648
Outros ativos a receber	102	134
Total	3.786	2.048

ATIVO NÃO CIRCULANTE

5.10. Tributos compensáveis

	2022	2021
ICMS a compensar	959	641
Cofins/Pasep a compensar	77.702	-
Total	78.661	641

5.11. Investimentos temporários

O valor de R\$ 195 refere-se ao saldo histórico de precatórios que foram adquiridos com o objetivo de quitar pendências fiscais junto ao Governo do Estado. Outros investimentos temporários somam R\$ 55 mil.

5.12. Ativos Financeiros – Indenizáveis (concessão)

Referem-se à parcela do Intangível não amortizada até o final do contrato de concessão dos Investimentos realizados. Estes investimentos não amortizados serão revertidos ao poder concedente ao término do contrato de concessão mediante o pagamento de indenização. Ao longo da concessão o ativo indenizável é remunerado pelo custo médio ponderado de capital (WACC) regulatório, utilizado no cálculo dos componentes da tarifa de distribuição de energia elétrica da Companhia. O registro decorre da aplicação da Interpretação Técnica do ICPC 01 e da orientação OCPC 05 emitidas pelo CPC para os contratos de concessão.

	2022	2021
Ativo financeiro	3.778	1.574
Total	3.778	1.574

5.13. Intangível

	2022		2021	
	Intangível	Ativo financeiro	Líquido	Líquido
Intangível	299	(3)	296	42
Terrenos	1.220	(1.220)	-	-
Edificações, obras civis e benfeitorias.	862	(132)	730	633
Máquinas e Equipamentos	58.278	(2.423)	55.855	53.725
Veículos	1.473	-	1.473	2.088
Móveis e Utensílios	371	-	371	407
(-) Obrigações especiais Vinculadas a Concessão	(8.205)	-	(8.205)	(6.914)
Total	54.298	(3.778)	50.520	49.981
Intangível em Curso	9.375	-	9.375	5.784
Total	63.673	(3.778)	59.895	55.765

A agência reguladora, ANEEL, é responsável por estabelecer a vida útil-econômica estimada de cada bem integrante da infraestrutura de distribuição, para efeitos de determinação da tarifa, bem como para apuração do valor de indenização dos bens reversíveis no vencimento do prazo de concessão. O valor residual de cada bem que ultrapassa o prazo de vencimento da concessão está alocado como concessão do serviço público (Ativo Financeiro). Em conformidade com a Interpretação Técnica ICPC 01, foi registrada no Ativo Intangível, a parcela da infraestrutura que será utilizada durante a concessão, composta pelos ativos da distribuição de energia elétrica, líquidos das participações de consumidores (obrigações especiais).

Obrigações Especiais Vinculadas a Concessão

As obrigações especiais (não remuneradas) representam as contribuições da União, dos Estados, dos Municípios e dos consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno em favor do doador e as



COMPANHIA CAMPOLARGUENSE DE ENERGIA - COCEL

CNPJ Nº: 75.805.895/0001-30

Relatório Anual das Demonstrações Contábeis Societárias de 2022

subvenções destinadas a investimentos na concessão do serviço público de energia elétrica na atividade de distribuição. As obrigações especiais estão sendo amortizadas às mesmas taxas de amortização dos bens que compõem a infraestrutura, a partir do segundo ciclo de revisão tarifária periódica (de junho de 2008).

Ao final da concessão o valor residual das obrigações especiais será deduzido do ativo financeiro de indenização.

	2022	2021
Em Serviço		
- Participação da União, Estados e Municípios	685	685
- Participação financeira do consumidor	6.056	5.552
- Universalização Serviço Público de Energia Elétrica	2.370	2.370
- Pesquisa e Desenvolvimento	572	572
(-) Amortização Acumulada	(4.205)	(3.821)
- Em Curso	2.727	1.556
Total	8.205	6.914

5.14. Taxas de Depreciação

De acordo com a Resolução ANEEL nº 367 de 02 de junho de 2009, as taxas de depreciação dos principais bens e instalações da Companhia registradas e controladas por Unidade de Cadastro - UC e que passaram a ser aplicadas a partir de janeiro de 2012 são as seguintes:

Estrutura - Distribuição	3,57%
Condutor - Distribuição	3,57%
Luminária	4,55%
Medidor	7,69%
Transformador de Distribuição	4,0%
Veículo	14,29%
Equipamento Geral	6,25%
Edificação	3,33%

5.15. Dos Bens Vinculados à Concessão

De acordo com os artigos 63 e 64 do decreto 41.019 de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na produção, transmissão, distribuição (inclusive comercialização) são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do órgão regulador. A Resolução ANEEL nº 20/99 regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada, para aplicação na concessão.

PASSIVO CIRCULANTE

5.16. Fornecedores

	2022	2021
Energia Comprada p/ Revenda	8.142	9.902
Encargos de Uso da Rede Elétrica	1	25
Materiais, Serviços e Outros	6.050	1.193
Total	14.193	11.120

5.17. Empréstimos e Financiamentos e debêntures

	2022		2021	
	Curto Prazo	Longo Prazo	Curto Prazo	Longo Prazo
Caixa Econômica Federal	6.051	1.147	3.449	2.250
Banco Sicoob	1.771	1.577	1.646	3.348
Banco Sicredi	3.991	4.605	2.050	4.100
Banco Santander	2.037	2.207	-	-
Total	13.850	9.536	7.145	9.698

- Caixa Econômica Federal: Crédito rotativo com vencimento em 21/04/2023. Juros: 167,32 do CDI;
- Caixa Econômica Federal: Juros: 167,32 do CDI; carência de 6 meses. Prazo total de 40 meses. Vencimento final: 15/01/2025;
- Banco Sicoob: Juros de 0,68% a.m. e 8,62% a.a. Prazo total de 36 meses. Vencimento final: 18/10/2024;
- Banco Sicredi: Juros de 1,56% a.m. e 20,41% a.a. Vencimento final: 28/12/2024;
- Banco Santander: juros de 1,26 a.m. e 16,21% a.a. Prazo total de 30 meses; Vencimento final: 13/01/2025;
- Banco Sicredi: Juros de 1,60% a.m. e 20,98% a.a. Prazo total de 24 meses. Vencimento final: 28/11/2024.

5.18. Obrigações Sociais e Trabalhistas

	2022	2021
Saldo de Salários a Pagar	1	1
Provisão de férias	1.755	1.668
Tributos e Contribuições Sociais retidos na fonte	391	322
Consignações em favor da Concessão e/ou Terceiros	24	19
Participações nos lucros	-	436
Total	2.171	2.446

5.19. Tributos

	2022	2021
Tributos Federais	664	1.300
Tributos Estaduais	1.390	5.373
Contribuições Sociais	421	373
Tributos retidos na fonte	2	3
Total	2.477	7.049

Cofins/Pasep: A tributação nas receitas é pela não cumulatividade e está sujeita as alíquotas de 7,60% e 1,65%

5.20. Provisão para litígios

A Administração, com base em informações de sua Divisão Jurídica,

e análise das demandas judiciais, constitui provisões para 2021 consideradas como "prováveis".

Descrição	2022		2021	
	Curto Prazo	Longo Prazo	Curto Prazo	Longo Prazo
Cíveis	-	-	35	-
Total	-	-	35	-

Provisões para processos cíveis, fiscais, trabalhistas:

Cíveis: A Companhia possui 77 processos cíveis que tramitam em Juizados Especiais, os quais em sua grande maioria referem-se a pleitos de danos materiais e morais, assim como ressarcimento de valores pagos por consumidores. Considerando seus riscos como "possíveis" os valores somam aproximadamente R\$ 867.

Trabalhistas: Composto por reclamações ajuizadas por empregados e ex-empregados, com pedidos que variam entre verbas rescisórias, horas extras, periculosidade, equiparação e/ou reenquadramento, entre outros. Considerado como risco "possível" a Companhia conta com apenas um processo estimado no valor de R\$ 344.

5.21. Encargos Setoriais

	2022	2021
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	34	48
Ministério das Minas e Energia - MME	17	24
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	2.082	1.757
Programa de Eficiência Energética - PEE	1.382	1.014
Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica - PROCEL	167	228
Taxa de Fiscalização	10	9
Demais encargos setoriais - empréstimo Covid	1.705	-
Total	5.397	3.080

5.22. Passivos regulatórios

Correspondem às variações negativas de custos relacionados à compra de energia e encargos regulatórios, ocorridas no período entre reajustes tarifários e/ou revisões periódicas, de modo a permitir maior neutralidade no repasse dessas variações para as tarifas.

	2022	2021
CVA - PROINFA (constituição e amortização)	3	-
Transporte de Energia Elétrica - Itaipu	103	146
Transporte de Energia - Rede Básica	16	-
CVA - Conta de Desenv. Energético CDE (constituição e amortização)	17	856
Neutralidade Parcela A	-	596
Encargos de Serviços do Sistema - ESS/ERR	540	-
Diferimentos de Reposição Tarifária	2.241	5.438
Reversão Risco Hidrológico	-	2.664
Diferimento Potência contratada Itaipu	1.846	1.266
Total	4.766	10.966

5.23. Outros passivos circulantes

	2022	2021
Consumidores	408	272
Taxa de Iluminação Pública	880	793
Taxa do Lixo	220	178
Outros credores	105	288
Total	1.613	1.531

5.24. Outros passivos não circulantes

Os valores são referentes a créditos de Pis/Pasep/Cofins decorrentes da exclusão do ICMS das bases de cálculo, conforme processo judicial nº 5007604-60.2019.4.04.7000/PR, com trânsito em julgado em 20/09/2021. Em razão do trânsito em julgado da ação, por meio do Processo Administrativo de Habilitação do Crédito nº 19614.762583/2022-90 houve a habilitação no valor de R\$ 16.836.947,10 e por meio do Processo Administrativo de Habilitação do Crédito nº 19614.762584/2022-34 houve a habilitação no valor de R\$ 74.531.053,36 com atualização até junho/2022, totalizando o montante de R\$ 91.367.900,46.

Tais valores foram contabilizados no ativo em contrapartida do passivo, em razão de que no âmbito regulatório o tema foi motivo de intervenção da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL visto que a mesma considerou que os valores, resultado do sucesso da ação, devem ser devolvidos ao consumidor. Nesse sentido, em 27 de junho de 2022 foi sancionada a Lei 14.385/22 que alterou a Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, para disciplinar a devolução de valores de tributos recolhidos a maior pelas prestadoras do serviço público de distribuição de energia elétrica e estabeleceu a devolução dos referidos impostos aos consumidores.

PATRIMÔNIO LÍQUIDO

5.25. Capital Social

	2022	2021
Prefeitura Municipal de Campo Largo	49.805	49.805
Demais Acionistas	195	195
Total	50.000	50.000

O Capital Social, totalmente integralizado, é representado por 500.000.000 de ações ordinárias, sem valor nominal, estando assim constituído:

	2022	2021
Prefeitura Municipal de Campo Largo	498.068.997	498.068.997
Demais Acionistas	1.931.003	1.931.003
Total	500.000.000	500.000.000

5.26. Destinações do Lucro

A reserva de retenção de lucros é constituída com parte dos lucros do exercício, para dar suporte ao programa de investimento da companhia, que será efetuada com Capital Próprio por deliberação da Assembleia Geral. A reserva legal, de constituição obrigatória de 5% do lucro líquido do exercício, é limitada a 20% do Capital Social.

A destinação dos resultados apurados nos exercícios está apresentada a seguir:

	2022	2021
Resultado do exercício Prejuízo	(4.294)	2.232
(-) Reserva legal 5%	-	(112)
Resultado a distribuir	(4.294)	2.120
Destinação dos resultados		
Juros sobre capital próprio	-	(900)
Reserva estatutária para investimento	-	(1.220)
	-	(2.120)

O artigo 9º da Lei nº 9.249 de 26 de dezembro de 1995, permitiu a dedutibilidade para fins de cálculo do imposto de renda e da contribuição social, do valor dos juros sobre o capital próprio que serão pagos aos acionistas, calculados com base na variação da taxa de juros de longo prazo (TJLP). A concessionária optou por pagar juros sobre o capital próprio, em substituição aos dividendos, como distribuição de lucros do exercício no montante de R\$ 900, e reter o remanescente do lucro líquido como reserva de retenção de lucros, de modo a assegurar a realização do programa de investimento a ser realizado no ano seguinte, suportado pelo orçamento anual. Em conformidade com o Estatuto Social da Companhia, é assegurado aos acionistas um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido ajustado de acordo com a Lei das Sociedades Anônimas. A remuneração dos acionistas está assim demonstrada:

5.27. Seguros

Os principais ativos em serviço da empresa estão segurados, a especificação por modalidade de risco e data de vigência estão demonstradas a seguir:

Bem Segurado	Risco	Data da Vigência	Valor segurado
Sede Social	Incêndio, Queda de Raio, Explosão.	27/04/2022 a 26/04/2023	1.000
Almoxarifado	Incêndio, Queda de Raio, Explosão.	06/04/2022 a 05/04/2023	3.000
Centro de treinamento	Incêndio, Queda de Raio, Explosão.	06/04/2022 a 05/04/2023	200
Veículos	Casco / Danos Corporais / Morte / Invalidez	14/06/2022 a 13/06/2023	V. Mercado
Seguro garantia	Inadimplência de pagamento	11/12/2020 a 31/12/2022	1.481

5.28. Instrumentos Financeiros

Até 31 de dezembro de 2022, a Companhia não realizou nenhuma operação com derivativos, bem como não manteve operações financeiras objetivando a proteção dos riscos de perdas com flutuações nas taxas de juros e de câmbios, tendo em vista a inexistência de empréstimos e financiamentos com taxas pós-fixadas e/ou vinculados à moeda estrangeira. Os valores de mercado estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados para produzir a estimativa mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias pode ter um efeito material nos valores estimados. A administração dos instrumentos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

• **Disponibilidades e aplicações financeiras:** Os saldos em conta corrente e aplicações financeiras mantidas em bancos têm seus valores de mercado próximos aos saldos contábeis.

• **Consumidores, Concessionários e Permissonários:** O saldo de contas a receber tem seus valores de mercado próximos aos saldos contábeis pela sua natureza de curto prazo.

• **Gerenciamento de riscos:** Os principais fatores de risco de mercado que afetam o negócio da Companhia podem ser considerados como: a) Risco de crédito: são administrados por normas específicas de aceitação de clientes análise de crédito e estabelecimento de limites de exposição por cliente; b) Concentração de risco de créditos: como aproximadamente 2/3 das vendas de energia são efetuadas a um grande número de consumidores que representam mais de 90% de seu universo, o risco de crédito por esse fato se torna minimizado, além do acompanhamento das inadimplências verificadas nas diversas classes de consumidores, suspendendo seu fornecimento, decorrente de atrasos superiores aos regulamentares.

5.29. RECEITA OPERACIONAL

• **Fornecimento de Energia Elétrica e outros**



COMPANHIA CAMPOLARGUENSE DE ENERGIA - COCEL

CNPJ Nº: 75.805.895/0001-30

Relatório Anual das Demonstrações Contábeis Societárias de 2022

Classes	Nº consumidores (valores não auditados)		Consumo em MWh (valores não auditados)		Valor – R\$ (mil)	
	2022	2021	2022	2021	2022	2021
Fornecimento faturado						
Residencial	50.081	48.980	94.605	91.854	72.376	85.443
Industrial	343	368	36.847	45.063	26.841	35.310
Comercial	3.746	3.602	39.256	36.347	30.448	32.719
Rural	1.700	1.760	6.369	6.778	4.175	4.850
Poder Público	320	319	3.672	3.092	2.910	2.809
Iluminação Pública	1	1	12.221	12.256	5.712	7.243
Serviço Público	64	65	7.074	6.405	4.983	4.891
Consumo Próprio	3	3	133	128	-	-
Total Energia faturada	56.258	55.098	200.177	201.923	147.445	173.265
Não faturado	-	-	-	-	1.208	138
Disponibilização do Sistema de Distribuição – Consum. Livres (nota 1)	21	19	147.211	147.313	41.036	39.620
Receita de Construção	-	-	-	-	9.191	8.091
Doações, Contrib. Subvenções Vinculadas ao Serv. Concedido	-	-	-	-	16.722	2.841
Outras Receitas	-	-	-	-	6.931	5.793
Ativos e Passivos Regulatórios	-	-	-	-	(7.912)	13.871
Soma	21	19	147.211	147.313	67.176	70.354
TOTAL	56.279	55.117	347.388	349.236	214.621	243.619

Depreciação/Amortização	3.611	3.359
Custo com construção	9.191	8.091
Gastos diversos	1.757	685
	44.791	39.056

• Receita de Construção e Custo de Construção

Estabelecido pela ICPC 01 / IFRIC 12, onde a concessionária de energia elétrica deve mensurar e registrar a receita dos serviços prestados de acordo com os CPC 17/IAS 11 dos Contratos de Concessão e CPC/IAS 18, IFRIC 13 E SIC 31.

A Companhia contabiliza a receita e o custo de construção relativa a serviços de construção da infraestrutura utilizada na prestação de serviços de distribuição de energia elétrica conforme estágio de execução.

Nota 1: Desde o ano de 2016, vinte e um consumidores industriais e comerciais de média tensão abaixo de 13,8 kV pertencentes ao grupo de consumo A4, migraram para o mercado livre. A partir daí a remuneração passou a ser cobrada somente sobre a rede de distribuição utilizada por estes consumidores. O valor demonstrado no quadro acima de 147.211 MWh refere-se ao consumo dos Consumidores Livres junto a outras distribuidoras e/ou geradoras por eles contratados.

• Ativos e Passivos Regulatórios

	2022	2021
CVA Ativa e Passiva		
- Em constituição	2.797	15.026
- Em Amortização	(10.709)	(1.155)
Total	(7.912)	13.871

Ativos e Passivos regulatórios – valores de Compensação da Variação dos Custos da Parcela "A" – CVA – Valores contabilizados em contrapartida com as contas citadas nos itens 5.8 e 5.22.

• Doações, Contribuições e Subvenções Vinculadas ao Serviço Concedido

	2022	2021
Subsídios Baixa Renda	1.321	1.322
Subsídios s/descontos nas tarifas do Serviço Público/Rural	483	801
Subsídios Carga fonte incentivada – consumidor livre	1.650	718
Subvenção CDE s/ redução nas tarifas	8.759	-
Bônus de redução voluntária	1.202	-
Recursos CDE Eletrobrás	3.307	-
Total	16.722	2.841

Subsídios tarifários – Receita reconhecida em decorrência dos subsídios incidentes nas tarifas aplicáveis aos consumidores do serviço público de distribuição de energia elétrica, incluso subsídios de baixa renda, que são repassados pela Eletrobrás.

• Outras Receitas

	2022	2021
Renda Prestação de Serviços – Compartilhamento de infraestrutura	4.380	3.918
Serviço Taxado	965	635
Serviços Prestados na Manutenção da Iluminação Pública	1.902	1.596
Ganhos na Alienação de bens e direitos	164	-
Outros	95	162
(-) Tributos s/outras Receitas – PIS/Pasep/Cofins	(575)	(518)
Total	6.931	5.793

5.30. Deduções da Receita Operacional

• Encargos Setoriais - Encargos do consumidor

	2022	2021
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	27.418	17.123
Bandeiras tarifárias	2.649	(154)
Taxa de fiscalização	116	106
Programa de Pesquisa e Desenv. – P&D e Eficiência Energética - PEE	1.046	1.282
Encargo de Energia de Reserva – ESS/ERR	2.970	580
Total	34.199	18.937

• Programas de Pesquisa e Desenvolvimento e Eficiência Energética

	2022	2021
Programa de Eficiência Energética – PEE	418	514
Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica - PROCEL	105	128
Programa de Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	209	256
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	209	256
Ministério de Minas e Energia - MME	105	128
Total	1.046	1.282

Os Programas de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) e de Eficiência Energética (PEE) são programas de investimentos nos quais as concessionárias estão obrigadas a destinar 1% de sua receita operacional líquida, conforme Lei nº 9991/2000 e regulamentações nas Resoluções ANEEL nº 300/2008 e 316/2008.

• PROCEL

A Lei nº 13.280, de 3 de maio de 2016, alterou a Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000, para disciplinar a aplicação dos recursos destinados a programas de eficiência energética. Segundo a Lei nº 13.280/2016, 20% dos recursos para eficiência energética serão destinados ao Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica – PROCEL, instituído pela Portaria Interministerial nº 1.877, de 30 de dezembro de 1985, e ratificado pelo Decreto de 18 de julho de 1991. A Resolução Normativa ANEEL nº 737, de 27 de agosto de 2016, aprovou o Sub módulo 5.6: Pesquisa e Desenvolvimento – P&D e Eficiência Energética – EE dos Procedimentos de Regulação Tarifária – PRORET, que regulamenta o cálculo dos valores a investir em P&D, EE, a recolher ao Fundo de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT, ao Ministério de Minas e Energia – MME e ao Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica – PROCEL. Os valores foram provisionados no Passivo Circulante e aguardamos a aprovação do terceiro Plano de Aplicação de Recursos pelo Comitê Gestor de Eficiência Energética – CGEE, presidido pelo MME, para que possamos providenciar o recolhimento.

5.31. Custos com energia elétrica comprada para revenda

	Em MWh (valores não auditados)		em R\$ (mil)	
	2022	2021	2022	2021
Compra de Energia – Leilão	222.230	224.191	52.023	78.220
Encargos do Uso da Rede Elétrica	-	-	31.404	28.353
PROINFRA	-	-	4.765	3.032
Bolha financeira – Resolução 243/06	-	-	-	-
Micror geração – baixa tensão	3.673	1.306	1.887	808
Crédito COFINS / PASEP/PIS	-	-	(8.330)	(10.198)
Total	225.903	225.497	81.749	100.215

5.32. Despesas Operacionais – Custos gerenciáveis

Naturezas	2022	2021
Pessoal	17.780	16.149
Administradores	1.956	1.740
Material	2.125	1.746
Serviço de terceiros	8.137	6.894
Arrendamento e alugueis	271	257
Seguros	52	59
Doações, contribuições e subvenções.	81	180
Provisões	124	110
(-) Recuperação de despesas	(374)	(254)
Tributos	80	40

6. Participação nos Resultados.

Em 1999 a Companhia implantou o programa de participação dos empregados nos lucros ou resultados baseados em acordo de metas operacionais e financeiras previamente estabelecidas. A empresa não constituiu provisão para pagamento de participações nos lucros do exercício de 2022 em função do prejuízo contábil.

7. Ajuste a Valor Presente

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 12, a Companhia analisa suas contas de ativos e passivos que serão sujeitas a liquidação financeira frente a questões relacionadas a valores realizáveis no futuro, prazo de liquidação, vencimento e possíveis taxas de desconto, com o objetivo de apurar o efetivo montante de realização ou liquidação por conta da desvalorização no tempo e incertezas associadas. Quando aplicável e relevante efetua-se a redução contábil do respectivo ativo ou passivo, efetuando a apropriação do ganho financeiro de acordo com a fruição do tempo.

8. Demonstração do Resultado Segregado por Atividade

Todos os valores contidos no Balanço Patrimonial referem-se única e exclusivamente às atividades de distribuição de energia elétrica, tendo em vista que a concessionária é uma Companhia eminentemente distribuidora de energia, atendendo somente o Município de Campo Largo e ainda não possuindo nenhuma atividade atípica.

9. Eventos Subsequentes

A ANEEL definiu a aplicação da Bandeira de Escassez hídrica a partir do mês de setembro/21 para até o mês de abril/2022, resultado de análises do cenário hidrológico do país.

Campo Largo, 31 de dezembro de 2022.

José Arlindo Lemos Chemin
Diretor Presidente

Carlos Conrado Krzyzanovski
Diretor Técnico

Pedro Luiz Durigan
Diretor Econômico/Financeiro

Nelson Chagas
Diretor Administrativo

Luciano Marcos Klos
Contador CRC/PR 027.658/O-8

CONSELHO FISCAL

Barbara Lunardon
Presidente

Adinan Cardozo
Conselheiro

Leonir Batista Ferraz
Conselheiro

Simone do Rocio Chaves
Conselheira

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Fledinei Borges Licheski
Presidente

Marina Pusch de Oliveira
Conselheira

Adão Natalino da Silva Junior
Conselheiro

Paulo Henrique Bianco
Conselheiro

Alexandre Luis Seguro
Conselheiro

Ediane Cristina Cavanhi Boni
Conselheira

Carlos Alberto de Brito Junior
Conselheiro

Cassiel Muiniki
Conselheira

Patricia Soares Rinaldín
Conselheira

Anderson Citero
Conselheiro

José Peterson Vidal
Conselheiro

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Srs.

Administradores e Acionistas da

COMPANHIA CAMPOLARGUENSE DE ENERGIA - COCEL

Campo Largo – PR

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da COMPANHIA CAMPOLARGUENSE DE ENERGIA - COCEL (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da COMPANHIA CAMPOLARGUENSE DE ENERGIA - COCEL em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo as práticas contábeis do Brasil.

Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à COMPANHIA

CAMPOLARGUENSE DE ENERGIA – COCEL, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprindo com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

O exame das demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, apresentadas para fins de comparabilidade, foram anteriormente por nós auditadas que emitimos o relatório datado de 18 de abril de 2022, sem modificações.



COMPANHIA CAMPOLARGUENSE DE ENERGIA - COCEL

CNPJ Nº: 75.805.895/0001-30

Relatório Anual das Demonstrações Contábeis Societárias de 2022

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas e outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidade da administração e da governança pelas informações contábeis

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da COMPANHIA CAMPOLARGUENSE DE ENERGIA – COCEL continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela administração da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomada em conjunto, estão livres de distorção relevantes, independentemente se causada por fraude ou erro e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditorias obtidas, se existe incerteza relevante em relação a

eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis, ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtida até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba Pr, 31 de março de 2023.

Bazzaneze Auditores Independentes S/S
CRC-PR Nº 3.942/O-6
CVM Nº 519/3

Ediclei Cavaleiro de Ávila
CONTADOR CRC-PR 057250/O-9 T-RJ
CNAI Nº 5344

Karini Letícia Bazzaneze
CONTADORA CRC-PR Nº 051096/O-0
CNAI Nº 6254

Sistema Fiepr

TIPO: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 3.0675/2023
OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E INSUMOS PARA CURSOS DE REFRIGERAÇÃO INDUSTRIAL - CIC
DATA DE ABERTURA: 25 de abril de 2023 às 14:30h
LINK PARA ACESSO: <http://app2.fiepr.org.br/licitacao/html/>

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE RENOVAÇÃO DA LICENÇA DE OPERAÇÃO

Paraná Granitos Ltda. torna público que irá requerer ao IAT a renovação de sua Licença de Operação até 17/04/2023, para serraria de mármore e granitos instalada na Rod. BR-116, KM 75, nº 85, Colombo-PR.

RIO BRANCO DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

Aviso de Reabertura de Prazo e Alteração do Edital - Pregão Eletrônico nº 013/2023

OBJETO: Contratação de empresa especializada no fornecimento de horas trabalhadas de mão-de-obra, para contratação de PEDREIRO, SERVENTE, AUXILIAR DE CONSERVAÇÃO, SEPULTADOR, MOTORISTA DE CAMINHÃO, OPERADOR DE MOTONIVELADORA, ENCARREGADO, AUXILIAR DE PINTURA e PINTOR DE OBRAS com apoio de veículos, equipamentos e ferramentas necessárias para a realização dos serviços.

TIPO DE LICITAÇÃO: Menor Preço. **VALOR MÁXIMO:** R\$ 1.445.905,02 **RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS:** Das 13:00 horas, do dia 17/04/2023, até às 08:00 horas do dia 02/05/2023. **ABERTURA DAS PROPOSTAS:** Dia 02/05/2023, às 08:30 horas, **INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS:** Dia 02/05/2023 às 09:00 horas, no endereço eletrônico: www.bll.org.br – Bolsa de Licitações do Brasil - BLL. **EDITAL:** Estará disponível aos interessados, no site <http://www.riobrancodosul.pr.gov.br>, no link Portal da Transparência, do dia 17/04/2023 ao dia 02/05/2023. **INFORMAÇÕES:** poderão ser obtidas no site ou pelo telefone: (041) 98881-6632, das 08:00h às 12:00h e das 13:00h às 17:00h.

Rio Branco do Sul, 14/04/2023.

Crisleine dos Santos Leonart
Departamento de Compras e Licitação

TRANSPORTADORA PÉROLA LTDA.
CNPJ. 89.423.669/0001-08 NIRE 41206506639

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO E CONVOCAÇÃO DE SÓCIOS

NOTIFICAÇÃO: A) De que os documentos previstos no art. 1.078, inciso I, da Lei nº. 10.406/2002, referente ao ano de 2022, encontra-se às suas disposições na sede da empresa, na Rua Jackson Figueiredo, nº 130, Bairro Parolim, em Curitiba-PR, no horário comercial.

CONVOCAÇÃO: B) Para a Assembleia Geral Ordinária a ser realizada, na sede da antes referida, na data de 28 de abril de 2023, com primeira convocação às 15:00., e a segunda convocação às 15:30h., tendo a seguinte finalidade. Ordem do dia: 1) Prestação de contas da administração referente ao ano de 2022; 2) Deliberação sobre o Balanço Social e Fiscal do Exercício de 2022; 3) Destinação dos Resultados do período encerrado em 31 de dezembro de 2022; 4) Assuntos Gerais. Curitiba, 11 de abril de 2023. Ass.:Antonio Carlos Brusamarello - Sócio Administrador

SINDICATO DAS EMPRESAS DE SEGUROS PRIVADOS, DE RESSEGUROS, E DE CAPITALIZAÇÃO DOS ESTADOS DO PARANÁ E DE MATO GROSSO DO SUL
CNPJ: 76.708.841/0001-10

Edital de Convocação
Assembleia Geral Ordinária

O Presidente do Sindicato convoca as empresas associadas quites e em gozo dos seus direitos sociais, bem como as demais empresas representadas, integrantes da categoria, localizadas nos Estados do Paraná e de Mato Grosso do Sul, para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária na sede do Sindicato na Rua Monsenhor Celso, 225 – 7º andar, centro, Curitiba/PR, no dia 26 de abril de 2023, às 14h00m, em primeira convocação e, às 14h30m, em segunda convocação, para discutir e deliberar sobre a seguinte ordem do dia:

1) Deliberação sobre as contas do exercício 2022.

Curitiba, 17 de abril de 2023.

Altevir Dias do Prado
Presidente

JUIZO DE DIREITO DA NONA VARA CÍVEL DO FORO CENTRAL DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA - PR Av. Cândido de Abreu, 535, 9º Andar, Ed. Montepar, Centro Cívico - Telefone 041-3254-7773

EDITAL DE CITAÇÃO DE "NILTON PERRI ARTIGOS ORTOPÉDICOS-ME, na pessoa de seu representante legal" - COM PRAZO DE 20 (VINTE) DIAS. A DOUTORA VANESSA JAMUS MARCHI, M.M. JUÍZA DE DIREITO DA NONA VARA CÍVEL DA COMARCA DE CURITIBA, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI, FAZ SABER; a todos quantos o presente EDITAL vierem ou dele conhecimento tiverem que, em especial o réu NILTON PERRI ARTIGOS ORTOPÉDICOSME - inscrito no CNPJ SOB O Nº 13.365.550/0001/56, que por este Juízo da 9ª Vara Cível do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, Estado do Paraná processa-se os autos da Ação de Consignação em Pagamento, com Cancelamento de Protesto e Pedido liminar, autos sob nº 0001153-25.2015.8.16.0001, movida por RICARDO FLORIDE GOMES, "tendo como pedido a consignação em pagamento, para o cancelamento do título nº. 0343-4, no valor de R\$ 357,33 (trezentos e trinta e sete reais e trinta e três centavos), protestado perante o 6º Tabelionato de Protesto e Títulos de Curitiba, Paraná". E estando o réu em lugar incerto e não sabido, não sendo possível citá-lo pessoalmente, nessas condições é feita a sua **INTIMAÇÃO, pelo presente EDITAL**, para que fique ciente acerca do deferimento da liminar, a fim de determinar a consignação em pagamento do valor de R\$ 357,33, para afastar a constituição de mora, tendo a parte requerente efetuado o depósito do valor à (seq. 9.2), bem como, feita a **CITADOÃO DE NILTON PERRI ARTIGOS ORTOPÉDICOS-ME** na pessoa de seu representante legal, para que no prazo de (15) quinze dias úteis, que fluirã após o decurso do prazo dos 20 (vinte) dias do presente edital, nos termos do artigo 335 do NCPC, ofereça resposta, querendo, ficando advertido de que a falta de contestação implicará na presunção de terem sido aceitos como verdadeiros os fatos alegados pelo autor na inicial (artigo 344 do NCPC). Em não sendo apresentado defesa será nomeado Defensor Público para exercer a função de curador especial do réu citado por edital. E para que chegue ao conhecimento de todos e no futuro não possam alegar ignorância, passei o presente Edital que será publicado na forma da Lei. NADA MAIS, Curitiba, 13 de abril de 2023. Eu, Luiz Carlos Martins, Auxiliar de Cartório desta Serventia, que assim o digitei, por determinação judicial. **CARLOS ROMANEL** Escrivão Por aut. do MM. Juiz de Direito - Portaria nº 01/13

ASSOCIAÇÃO CURITIBANA DE APOIO E INTEGRAÇÃO DO EXCEPCIONAL

CEP: 82.540-060 - Curitiba Pr - Fone/Fax: (041)3013-2543 Rua General Anor Pinho, 318 - Boa Vista UTILIDADE PÚBLICA - Municipal : Lei nº 9.138-18/09/97 Estadual : Lei nº 11.985-30/12/97 Federal nº 012.777/99-04-24/01/2000 CNPJ: 01.343.832/0001-73

FORREST GUMP - ESCOLA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA PARA ELEIÇÃO E POSSE DA DIRETORIA EXECUTIVA.

Associação Curitibana de Apoio e Integração do Excepcional - ACAIE, com sede à Rua General Anor Pinho, 318, Bairro Boa Vista, **CONVOCA SEUS ASSOCIADOS** para Assembleia Geral Ordinária, destinada à **ELEIÇÃO E POSSE DE SUA NOVA DIRETORIA EXECUTIVA para o triênio 2023-2026**, no dia 22 de abril de 2023, sábado, às 10:00 horas em primeira chamada e às 12:15 horas em segunda chamada.

OBSERVAÇÕES:

1 – As CHAPAS concorrentes deverão ser inscritas até 48 horas antes do pleito, ou seja, até o dia 20/04/2023 às 10:00 horas, e entregue no endereço da sede da Associação.

2 – Os candidatos inscritos deverão estar em dia com suas obrigações Estatutárias.

3 – Haverá transmissão ao vivo do pleito.

Curitiba, 10 de abril de 2023.

Rosana Nunes Garcia
ROSANA NUNES GARCIA
Presidente de A.C.A.I.E.

Sistema Fiepr

TIPO: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 2.1057/2023
ENTIDADE: SESI/SENAI/FIEP/IEL
OBJETO: LICENCIAMENTO E SERVIÇO TÉCNICO ESPECIALIZADO EM LIFERAY DXP CLOUD E LIFERAY DXP COMMERCE (SAAS DAS ENTIDADES SESI/SENAI/FIEP/IEL) - VALOR MÁXIMO DESTA LICITAÇÃO É DE R\$ 5.657.264,56
DATA DA ABERTURA DA SESSÃO: 25/04/2023 às 9h.
LINK PARA ACESSO: <http://app2.fiepr.org.br/licitacao/html/>
LINK LOCAL DE DISPUTA: www.licitacoes-e.com.br

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE LICENÇA DE INSTALAÇÃO

Luiz Antônio Abagge, pessoa física inscrita sob CPF 510.726.889-72, torna público que irá requerer ao IAT, Autorização Ambiental para intervenção em APP (sem corte de árvores) para implantação de parte do sistema de drenagem (dissipador) do Cond. Hibiscus Residencial, matriculado sob nº 54.374 do RI de Colombo-PR, a ser implantado na Rua Jackson Luiz Pavin, 210, Roça Grande, Colombo-PR, CEP 83402-194.

O Doutor FERNANDO AUGUSTO FABRICIO DE MELO, MM. Juiz de Direito da Terceira Vara Cível da Comarca de Curitiba, Estado do Paraná, na forma da Lei, etc. Edital de citação de terceiros interessados, ausentes, incertos e desconhecidos, para contestarem, no prazo de QUINZE DIAS, a contar do trigésimo primeiro dia da primeira publicação deste, a ação de USUCAPIÃO nº 0016697-77.2020.8.16.0001, que tramita neste Juízo, sito Av. Candido de Abreu, 535, 3º andar, Ed. Montepar, movido por rosa maris alves de oliveira gregorio (RG: 50190714 SSP/SC e CPF/CNPJ: 815.378.759-49) domiciliado nesta Capital, em face de ESPÓLIO DE RICARDO PUSSOLI FILHO (RG: 3891429 SSP/PR e CPF/CNPJ: 184.361.029-91) representado(a) por MARIA LUIZA PUSSOLI (CPF/CNPJ: Não Cadastrado), referente ao Lote de terreno sob nº 8(oito) da quadra "J" do PLANTA VILA TATUQUARA, no distrito de TATUQUARA, nesta Capital, sem benfeitorias, medindo 15,00 de frente para a Rua E, por 45,00 metros do lado direito de quem da rua olha o imóvel, onde confronta com o lote nº 09, 45, 20metros do lado esquerdo onde confronta com os lotes nºs 1,2,3 e 4, tendo na lcinha dos fundos 17,00metros onde confronta com os lotes nºs 10 e 11 com área total de 721,00 metros quadrados, indicação Fiscal Setor 83 quadra 402 lote 8.000, e demais dados da matrícula 61069 da ficando cientes de que não sendo contestada a ação, 8ª circunscrição do registro de imóvel de Curitiba, presumir-se-ão aceitos como verdadeiros os fatos articulados pelo(s) autor(e)s, de conformidade com os artigos 335 e 344 do CPC. Curitiba, 03 de março de 2023 às 10:23:57. Eu, (assinado digitalmente), Carla Horst Vaine, Chefe de Secretária, o fiz digitar e subscrevi. #assinado digitalmente# FERNANDO AUGUSTO FABRICIO DE MELO Juiz de Direito

REDE ANCORA-PR IMPORTADORA, EXPORTADORA E DISTRIBUIDORA DE AUTO PEÇAS S.A.
CNPJ: 08.058.705/0001-71

BALANÇO PATRIMONIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO - (Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

ATIVO	Nota	2022	2021	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	2022	2021
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Caixa e Equivalentes de Caixa	04	822.234	465.123	Fornecedores	11	12.901.790	10.446.830
Contas a Receber	05	13.079.624	9.821.299	Empréstimos e Financiamentos	12	4.743.075	-
Estoque	06	12.539.217	8.586.546	Obrigações Sociais	13	153.983	88.138
Impostos a Recuperar	07	203.170	105.636	Obrigações Tributárias	14	80.885	25.486
Adiantamentos		291.019	193.096	Provisões	15	202.494	176.153
Outros Créditos		499	11.936	Dividendos Provisionados	17b	53.548	244.912
Despesas do Exercício Seguinte		997	796	Outras Obrigações		489.267	215.335
Total do Ativo Circulante		26.936.760	19.184.432	Total do Passivo Circulante		18.625.042	11.196.854
NÃO CIRCULANTE				NÃO CIRCULANTE			
Investimentos	08	129.993	119.294	Provisões para Contingências	16	19.015	19.015
Imobilizado	09	346.702	261.261	Total do Passivo Não Circulante		19.015	19.015
Total do Ativo Não Circulante		476.695	380.555	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	17		
TOTAL DO ATIVO		27.413.455	19.564.987	Capital Social		8.618.330	5.991.000
				Reserva de Lucros		151.068	2.358.118
				Total do Patrimônio Líquido		8.769.398	8.349.118
				TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		27.413.455	19.564.987

"As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis."

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS EXERCÍCIOS ENCERRADOS - (Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Capital Social Subscrito	Reserva Legal	Reserva a Disposição Assembleia	Ações em Tesouraria	Lucros / Prejuízos Acumulados	Adiant. Futuro Aumento Capital	Patrimônio Líquido
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020	2.250.000	40.648	1.468.944	(430.000)	-	4.468.000	7.797.592
Resultado do Exercício	-	-	-	-	1.031.208	-	1.031.208
Aumento de Capital	3.741.000	-	-	-	-	(3.741.000)	-
Devolução de AFAC aos Acionistas	-	-	-	-	-	(727.000)	(727.000)
Transações com Ações em Tesouraria	-	-	-	430.000	-	-	430.000
Reversão de Dividendos Propostos em Anos Anteriores	-	-	62.230	-	-	-	62.230
Constituição de Reserva Legal	-	51.560	-	-	(51.560)	-	-
Dividendos Propostos	-	-	-	-	(244.912)	-	(244.912)
Resultado a Disposição da Assembleia	-	-	734.736	-	(734.736)	-	-
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	5.991.000	92.208	2.265.910	-	-	-	8.349.118
Resultado do Exercício	-	-	-	-	225.466	-	225.466
Aumento de Capital	2.627.330	(92.208)	(2.510.822)	-	(20.850)	-	3.450
Constituição Reserva Legal	-	11.273	-	-	(11.273)	-	-
Dividendos Propostos	-	-	-	-	(53.548)	-	(53.548)
Resultado a Disposição da Assembleia	-	-	139.795	-	(139.795)	-	-
Reversão de Dividendos Propostos em anos anteriores	-	-	244.912	-	-	-	244.912
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	8.618.330	11.273	139.795	-	-	-	8.769.398

"As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis."

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS ENCERRADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 (Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

NOTA 01 - INFORMAÇÕES GERAIS
A Rede Ancora-PR Importadora, Exportadora e Distribuidora de Auto Peças S.A. é uma companhia por ações, de capital fechado, cujos atos constitutivos datados de 12/05/2006 estão arquivados na JUCEPAR sob nº 41300071551. Está registrada no CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob nº 08.058.705/0001-71. Encontra-se sediada na cidade de São José dos Pinhais/PR, Rodovia Contorno Leste Br-116, 8929, Costeira CEP 83.015-162.
A Rede Ancora-PR Importadora, Exportadora e Distribuidora de Auto Peças S.A. tem como objeto a comercialização no varejo e por atacado de auto peças, acessórios em geral, bem como de qualquer componente de veículos automotores, pneus e lubrificantes; a importação e exportação de auto peças, acessórios e demais componentes de veículos automotores; e, a participação societária em outras empresas, inclusive nas de em conta de participação. A Companhia tem unidade na cidade de Curitiba - PR e realiza vendas para o mercado interno e externo.
A emissão destas demonstrações contábeis foi autorizada pela administração da Companhia em 10 de março de 2023.

NOTA 02 - BASES DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
As demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as novas práticas contábeis adotadas no Brasil, com atendimento integral do Pronunciamento Técnico PME Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas aprovado pela Resolução CFC nº 1.255/09 - NBC TG 1.000 (R1).

NOTA 03 - RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS
3.1 Classificação de Itens Circulantes e Não Circulantes
No Balanço Patrimonial, ativos e obrigações vindenciosas, ou com expectativa de realização dentro dos próximos 12 meses, são classificados como itens circulantes, e aqueles com vencimento ou com expectativa de realização superior a 12 meses são classificados como itens não circulantes.

3.2 Compensação Entre Contas
Como regra geral, nas demonstrações contábeis, nem ativos e passivos, ou receitas e despesas, são compensados entre si, exceto quando a compensação é requerida ou permitida por um pronunciamento ou norma brasileira de contabilidade e esta compensação reflete a essência da transação.

3.3 Transações em Moeda Estrangeira
Os itens nestas demonstrações contábeis são mensurados em moeda funcional Reais (R\$) que é a moeda do principal ambiente econômico em que a companhia atua e na qual é realizada a maioria de suas transações, e são apresentados nesta mesma moeda.
Transações em outras moedas são convertidas para a moeda funcional da seguinte forma: os itens monetários são convertidos pelas taxas de fechamento e os itens não monetários pelas taxas de câmbio da data da transação.

3.4 Instrumentos Financeiros
A companhia classifica os seguintes instrumentos financeiros como instrumentos financeiros básicos:
(a) Caixa e equivalentes de caixa;
(b) Instrumentos de dívida.
Os instrumentos de dívida incluem as contas a receber e a pagar, e estes são avaliados nas datas dos balanços pelo custo amortizado.

3.5 Caixa e Equivalentes de Caixa
Caixa e equivalentes de caixa incluem numerário em poder da Companhia, depósitos bancários de livre movimentação e aplicações financeiras com vencimento de curto prazo de cerca de três meses ou menos da data da transação.

3.6 Contas a Receber de Clientes
As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de produtos e mercadorias no decorrer normal das atividades da Companhia.
As contas a receber de clientes, inicialmente, são reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para perdas por redução ao valor recuperável (perdas no recebimento de créditos).

3.7 Estoques
Os estoques estão registrados pelo menor valor entre o custo e o valor recuperável. O custo é determinado utilizando o método do custo médio. O custo das mercadorias para revenda compreende o valor da mercadoria líquida dos impostos recuperáveis e não inclui o custo de empréstimos e financiamentos. O valor recuperável é o preço de venda estimado diminuído dos custos para revenda.

3.8 Investimentos
Os investimentos são quotas de capital de cooperativas de crédito e da Rede Ancora franqueadora, os quais são mantidos ao valor de custo.

3.9 Imobilizado
Todos os itens do imobilizado são apresentados pelo custo menos depreciação acumulada. O custo inclui os gastos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e estar em condições necessárias para que seja capaz de funcionar da maneira pretendida pela administração, e líquido dos impostos recuperáveis. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.
A depreciação é calculada usando o método linear durante a vida útil estimada.
Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. O valor contábil de um ativo é imediatamente ajustado se este for maior que seu valor recuperável estimado.

3.10 Redução ao Valor Recuperável de Ativos Não Financeiros
Os ativos que estão sujeitos à depreciação ou amortização são revisados para a verificação de perdas por desvalorização sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Para fins de avaliação da perda por desvalorização dos ativos imobilizado e intangível, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGC). Os ativos não financeiros que tenham sofrido perda por desvalorização, são revisados para a análise de uma possível reversão dessa perda na data de apresentação das demonstrações contábeis.

Uma perda por desvalorização é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o maior valor entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o valor em uso.

3.11 Contas a Pagar a Fornecedores
As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de

fornecedores no curso ordinário dos negócios e são, inicialmente, reconhecidas pelo custo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente, ajustadas a valor presente quando o efeito for relevante.

3.12 Empréstimos e Financiamentos
Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo custo da operação, ou seja, o valor presente a pagar à instituição financeira e, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados e o valor dos pagamentos é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em andamento, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

3.13 Imposto de Renda e Contribuição Social
Os tributos sobre o lucro do período compreendem o imposto de renda e a contribuição social correntes. O tributo é reconhecido na demonstração do resultado.
Os encargos de imposto de renda e contribuição social correntes são calculados com base nas leis tributárias promulgadas na data do balanço do país em que a companhia atua e gera lucro. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de imposto de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores que deverão ser pagos às autoridades fiscais.

3.14 Provisões
As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação na data das demonstrações contábeis como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja exigida para liquidar a obrigação; e o valor foi estimado de maneira confiável.
As provisões são mensuradas pela melhor estimativa do valor exigido para liquidar a obrigação na data das demonstrações contábeis. Quando o efeito do valor do dinheiro no tempo é material, o valor da provisão é o valor presente do desembolso que se espera que seja exigido para liquidar a obrigação.

3.15 Apuração do Resultado
O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil da competência dos exercícios, tanto para o reconhecimento de receitas quanto de despesas.

3.16 Reconhecimento da Receita de Vendas
A receita de vendas compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos no curso normal das atividades da companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.
A Companhia reconhece a receita quando:
(i) Foram transferidos ao comprador os riscos e benefícios mais significativos inerentes a propriedade dos produtos;
(ii) O valor da receita pode ser mensurado com segurança; e,
(iii) É provável que benefícios econômicos futuros associados a transação fluirão para a Companhia.

3.17 Dividendos
A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações contábeis ao final do exercício, com base no Estatuto Social.

3.18 Julgamento e Uso de Estimativas Contábeis
A preparação de demonstrações contábeis requer que a administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas, bem como, a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações contábeis. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas.
As políticas contábeis e áreas que requerem um maior grau de julgamento e uso de estimativas na preparação das demonstrações contábeis, são:

a) Provisão para créditos de liquidação duvidosa;
b) Vida útil e valor residual dos ativos imobilizados;
c) Valor recuperável dos estoques e imobilizados; e
d) Passivos contingentes que são provisionados de acordo com a expectativa de êxito, obtida e mensurada em conjunto a assessoria jurídica da Empresa.

NOTA 04 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2022	2021
Caixa	2.753	57
Banco Conta Movimento	819.481	465.066
Total de Caixas e Equivalentes de Caixa	822.234	465.123

NOTA 05 - CONTAS A RECEBER

	2022	2021
Contas a Receber	13.045.596	9.820.016
Outras Contas a Receber	252.482	142.118
(-) Despesas Financeiras a Apropriar	(14.855)	(45.231)
(-) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD)	(203.599)	(95.604)
Total das Contas a Receber	13.079.624	9.821.299

Aging List Contas a Receber
Vencidos acima de 90 dias 486.584 358.542
Vencidos até 90 dias 129.008 101.532
A vencer até 30 dias 7.609.991 5.563.407
A vencer de 31 a 90 dias 4.995.258 3.801.803
A vencer de 91 a 180 dias 69.903 136.850
A vencer de 181 a 365 dias 7.334 -
Juros a Transcorrer (14.855) (45.231)
(-) Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa (203.599) (95.604)
Contas a Receber 13.079.624 9.821.299

Contas a Receber por Tipo de Moeda
Reais 13.079.624 9.821.299
Contas a Receber 13.079.624 9.821.299

NOTA 06 - ESTOQUES

	2022	2021
Mercadorias para Revenda	12.275.815	8.366.582
Peças em Garantia Fornecedor	524.311	334.019
Provisão para Desvalorização	(260.909)	(114.055)
Total dos Estoques	12.539.217	8.586.546

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO
(Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	2022	2021
Receita Operacional Líquida		93.510.776	84.443.065
(-) Custo das Mercadorias Vendidas	18	(88.576.436)	(80.166.775)
Lucro Bruto		4.934.340	4.276.290
Despesas Operacionais			
Gerais e Administrativas	(1.701.327)	(1.409.613)	
Despesas com Pessoal	(2.469.610)	(1.950.755)	
Despesas Tributárias	(66.217)	(47.378)	
Depreciação	(59.021)	(52.790)	
Outras Receitas e Despesas	19 244.208	672.128	
Total das Despesas Operacionais	(4.061.967)	(2.788.408)	
Resultado Antes das Despesas e Receitas Financeiras		882.373	1.487.882
Resultado Financeiro	20	(453.404)	(50.476)
Resultado Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social		428.969	1.437.406
Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente	21	(203.503)	(406.198)
Resultado do Exercício		225.466	1.031.208
Quantidade de Ações		8.618	5.991
Resultado por Ação:		26,16	172,13

"As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis."

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DOS EXERCÍCIOS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO - MÉTODO INDIRETO (Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2022	2021
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Resultado do Exercício	225.466	1.031.208
Ajustado por:		
Depreciação e Amortização	59.021	52.790
Provisão de Créditos de Liquidação Duvidosa	107.995	(28.673)
Provisão para Desvalorização dos Estoques	146.854	(25.812)
Provisão para Contingências	-	19.015
Variação nos Ativos e Passivos Operacionais		
Contas a Receber	(3.366.320)	1.923.242
Estoque	(4.099.525)	(422.208)
Impostos a Recuperar	(97.534)	(79.682)
Outras Contas a Receber	(86.687)	(151.134)
Fornecedores	2.454.960	(967.442)
Obrigações Tributárias	55.399	(16.328)
Obrigações Sociais	65.845	(1.796)
Outras Contas a Pagar	300.273	(104.811)
Dividendos Provisionados	(191.364)	182.682
Caixa Líquido das Atividades Operacionais	(4.425.817)	1.411.051
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Aquisição de Imobilizado	(144.462)	(18.844)
Aquisição de Investimentos	(10.699)	(59.294)
Caixa Líquido das Atividades de Investimentos	(155.161)	(78.138)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
Aumento de Capital	3.450	-
Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital	-	(727.000)
Ações em Tesouraria	-	430.000
Dividendos Propostos	(53.548)	(244.912)
Reversão de Distribuição de Dividendos	244.912	62.230
Operações com Empréstimos e Financiamentos	4.743.075	(1.278.062)
Caixa Líquido das Atividades de Financiamentos	4.937.889	(1.757.744)
AUMENTO (DIMINUIÇÃO) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	357.111	(424.831)
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício	465.123	889.954
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Exercício	822.234	465.123

"As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis."

NOTA 07 - IMPOSTOS A RECUPERAR

	2022	2021
IRPJ (Estimativa)	-	71.990
CSLL (Estimativa)	-	25.816
ICMS a Recuperar	1.619	7.830
IRPJ - Saldo Negativo	150.474	-
CSLL - Saldo negativo	51.077	-
Total de Impostos a Recuperar	203.170	105.636

NOTA 08 - INVESTIMENTOS

	2022	2021
Empresa		

NOTA 13 – OBRIGAÇÕES SOCIAIS

	2022	2021
Salários a Pagar	63.405	46.503
INSS a recolher	17.683	31.167
FCTs a recolher	17.683	10.468
Total das Obrigações Sociais	153.983	88.138

NOTA 14 – OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

	2022	2021
IRRF S/ Salários a recolher	8.742	3.845
PIS a recolher	11.844	3.575
COFINS a recolher	54.734	16.544
PIS/COFINS/CSLL retida a recolher	659	864
IRRF a recolher	409	276
INSS Retido a Recolher	990	163
ICMS ST a recolher	3.460	70
ISS Retido a Recolher	47	149
Total das Obrigações Tributárias	80.885	25.486

NOTA 15 – PROVISÕES

	2022	2021
Provisão para Férias	150.301	130.746
Provisão de INSS s/ férias	40.280	35.034
Provisão de FGTS s/ férias	11.913	10.373
Total das Provisões	202.494	176.153

NOTA 16 – PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A Companhia possui o montante de R\$ 19.015 classificadas com probabilidade de perda "provável", pelos assessores jurídicos, os quais estão provisionados nas demonstrações contábeis. Não existem contingências cuja probabilidade tenha sido avaliada como de risco "possível".

NOTA 17 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social
O Capital Social integralizado pertencente a acionistas domiciliados no País é de R\$ 8.618.330 formado de 8.618 (oito mil seiscentos e dezoito) ações ordinárias nominativas com direito a voto, com valor nominal de R\$ 1.000 (um mil Reais) cada uma. Em 2022 foi aprovado aumento de Capital Social no valor de R\$

2.627.330 com a emissões de 2.627 novas ações.

b) Distribuição de Dividendos e Reserva Legal

A política de distribuição de dividendos está estabelecida no Estatuto Social, sendo de 25% no mínimo do lucro líquido, após a constituição da Reserva Legal, salvo deliberação em contrário pela totalidade dos acionistas presentes na Assembleia Geral Ordinária.

c) Ações em Tesouraria

As ações em tesouraria são referentes as transações de compra de ações dos associados que deixaram a Companhia e são revendidas posteriormente.

d) AFAC – Adiantamento para Futuro Aumento de Capital

A Companhia realizou a integralização e também a devolução de AFAC existente no decorrer do exercício de 2021, os referidos valores não sofrem quaisquer tipos e correções monetárias.

NOTA 18 – RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	2022	2021
Revenda de Mercadorias	96.542.319	87.196.542
Total Receita Bruta de Vendas	96.542.319	87.196.542
(-) Devoluções de Vendas	(583.540)	(427.573)
(-) Impostos sobre Vendas	(2.448.003)	(2.325.904)
Total de Deduções e Impostos	(3.031.543)	(2.753.477)
Receita Operacional Bruta	93.510.776	84.443.065

NOTA 19 – OUTRAS RECEITAS E DESPESAS

	2022	2021
Bonificações recebidas	-	7.981
Lucros - Ganhos com Conta Capital	2.672	-
Receitas Eventuais	1.522	-
Verbas de Marketing recebidas	6.790	23.648
Verbas Comerciais recebidas	491.522	392.029
Provisão para desvalorização dos estoques	(146.854)	25.812
Provisão para devedores e duvidosos	(107.995)	28.673
Provisão para contingência Civil	-	(19.015)
Outras Receitas	-	213.000
Outras Despesas	(3.449)	-
Total das Outras Receitas e Despesas	244.208	672.128

NOTA 20 – RESULTADO FINANCEIRO

	2022	2021
Receitas Financeiras	45.324	105.604
Juros Recebidos	10.524	348
Descontos Recebidos	8.027	-
Receitas de Aplicações Financeiras	63.875	105.952
Total Receitas Financeiras	128.750	211.910
Despesas Financeiras	(56.710)	(45.051)
Despesas Bancárias	(20.056)	(44.036)
Descontos Concedidos	(28.538)	(3.746)
Juros s/ Empréstimos e Financiamentos	(394.731)	(61.000)
Encargos financeiros - Duplicata descontada	(11.909)	(2.116)
Juros Passivos	(981)	(127)
Multa e Juros sobre Impostos	(4.354)	(352)
IOF	-	-
Total Despesas Financeiras	(517.279)	(156.428)
Resultado Financeiro Líquido	(453.404)	(50.476)

NOTA 21 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

	2022	2021
Resultado antes dos Imposto de Renda e Contribuição Social	428.968	1.437.406
Adições do período	254.849	183.708
Exclusões do período	2.672	141.852
Resultado ajustado (Lalur)	681.146	1.479.262
Provisão para o Imposto de Renda e Contribuição Social	(203.503)	(406.198)

O Imposto de Renda e Contribuição Social são apurados pelo lucro real trimestral.

NOTA 22 - COBERTURA DE SEGUROS

Os bens da Companhia estão segurados conforme discriminado a seguir:

Modalidade	Objeto	Valor Cobertura R\$	Vigência
Seguro Empresarial	Estoque	15.000.000	De 09/03/2022 à 10/03/2023

As premissas de análise de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria e, consequentemente não foram auditadas pelos nossos auditores independentes.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Diretores e Acionistas da REDE ANCORA-PR IMPORTADORA, EXPORTADORA E DISTRIBUIDORA DE AUTO PEÇAS S.A.

São José dos Pinhais - PR

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da REDE ANCORA-PR IMPORTADORA, EXPORTADORA E DISTRIBUIDORA DE AUTO PEÇAS S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, sujeito aos possíveis efeitos dos assuntos descritos no parágrafo base para opinião com ressalvas, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da REDE ANCORA-PR IMPORTADORA, EXPORTADORA E DISTRIBUIDORA DE AUTO PEÇAS S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às pequenas e médias empresas NBC TG 1.000 (R1).

Base para opinião com ressalvas

(a) Conforme nota explicativa nº 06, a Companhia mantém registrado na rubrica de Estoques o montante de R\$ 524.311, em 31 de dezembro de 2022 de Mercadorias em garantia a receber do fornecedor, para os quais não nos foi apresentada a composição do saldo ou relatórios de controle, desta forma, não obtivemos evidência de auditoria suficiente para nos satisfizermos quanto à adequação do valor registrado na rubrica.

(b) Conforme nota explicativa nº 09, a Companhia mantém registrado na rubrica de imobilizado o montante de R\$ 346.702, em 31 de dezembro de 2022. Não foi

possível nos certificarmos quanto a existência física dos bens em comparação com o controle patrimonial do imobilizado apresentado, nem tampouco, quanto a sua correta composição, desta forma, não obtivemos evidência de auditoria suficiente para nos satisfizermos quanto à adequação do valor registrado na rubrica.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião, com ressalvas.

Outros assuntos

As demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2021, apresentadas comparativamente, foram auditadas por nós conforme parecer emitido em 25 de fevereiro de 2022, com ressalvas.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso

de uma base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para

planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, como o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da empresa.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba (PR), 10 de março de 2023.

FABIO EDUARDO LORENZON

Contador CRC (SC) nº 026.215/O-6

MARTINELLI AUDITORES

CRC (SC) nº 001.132/O-9

Martinelli



SINDICATO DAS INDÚSTRIAS DE BEBIDAS DO ESTADO DO PARANÁ

ELEIÇÕES SINDICAIS

Em cumprimento às disposições legais vigentes e as normas específicas, comunico que, no pleito realizado neste Sindicato, dia 14 de abril de 2023, foi eleita a seguinte chapa, para o triênio de 2023/2026:

Diretoria Efetivos	Suplentes
Presidente:	
Anuar Abdul Tarabai	Juliano Camargo
Vice-Presidente:	Adriano do Carmo Briner
Georgeo Zanlorenzi	
Secretário:	
Bruna Porto	
Tesoureiro:	
Justina Pederiva Fardo	
Conselho Fiscal Efetivos	Suplentes
Marcelo Henrique Marques	Jessica Cristina de Lima
Daniel Nogi	Marina J. Neto Gomes
Rodrigo Moccia	Ariani Missiato
Delegados Representantes Efetivos	Suplentes
Anuar Abdul Tarabai	Marcelo Henrique Marques
Georgeo Zanlorenzi	Daniel Nogi
	Curitiba, 17 de abril de 2023.
Anuar Abdul Tarabai	
Presidente	

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ELEIÇÕES DE SINDICATO

A presidente do SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EMPRESAS DE ADMINISTRAÇÃO DE CONSORCÍOS NO ESTADO DO PARANÁ – SINTRACON, entidade sindical inscrita perante o CNP/MF sob o número 40.311.201/0001-24, código sindical 921.000.639.03854-6, dados cadastrais perenemente registrados perante o MTE, Joselaine Aparecida Dubiela; usando de suas prerrogativas estatutárias, torna pública a seus associados que está aberto o prazo para inscrição de chapas que desejem concorrer ao pleito eleitoral de diretoria e conselho fiscal a ocorrer no dia 15.05.2023. Informa assim que: a) o mandato vigente da diretoria será expirado em data de 08.06.2023 conforme estampado no CNES; b) o estatuto vigente a ser utilizado para reger o processo eleitoral é aquele datado de 09.04.2018; c) o regulamento das eleições será o previsto no artigo 66 e seguintes do estatuto; d) o prazo para inscrição de chapas mediante requerimento protocolado na secretaria do sindicato, situado na rua Baltazar Carrasco do Reis, 1.172, conjunto 06, bairro Rebouças, Curitiba, Paraná, acompanhado dos documentos exigidos pelo estatuto (artigo 76, parágrafo terceiro), será de 5 (cinco) dias úteis, assim considerados os dias 18, 19, 20, 24 e 25 de abril de 2023, no horário entre 14h00 e 18h00; e) os requisitos para ser candidato são os objetivamente previstos pelo estatuto social – artigo 72; f) a secretaria do sindicato estará aberta para recebimento de pedidos de inscrição e esclarecimentos de dúvidas no horário das 14h00 até 18h00, ininterruptamente nos cinco dias úteis imediatamente subsequentes à publicação deste edital para atender apenas associados com direitos eleitorais e advogados com procuração de associado, ambos mediante identificação oficial; g) o quórum eleitoral será o de 50% (cinquenta por cento) mais um entre os associados aptos ao voto; h) a presidência do pleito eleitoral será exercida pela comissão eleitoral a ter sua formação concluída quando do encerramento do prazo para inscrições, na forma do estatuto; i) A coleta de votos será por uma (01) urna fixa na sede do sindicato no horário das 09h00 às 17h00 no dia 15.05.2023 e por uma (01) urna itinerante, que percorrerá de forma ininterrupta, no mesmo horário, empresas onde se localizam associados. Curitiba, 17 de abril de 2023. JOSELAINE APARECIDA DUBIELA, presidente do SINTRACON.

A SVD FUNILARIA E PINTURAS LTDA, nome fantasia PHOENIX, CNPJ 34.389.929/0001-76, torna público que irá requerer à Secretaria Municipal do Meio Ambiente de Curitiba, a renovação da Autorização Ambiental de Funcionamento para Serviços de lanternagem ou funilaria e pintura de veículos automotores, instalada na Rua Engenheiro Júlio Cesar de Souza Araújo, nº 69 – Bairro Cidade Industrial – CEP 81.290-270 – Curitiba – Paraná

EDITAL DE INTIMAÇÃO COM O PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS A DOUTORA ADRIANA BENINI, MM. JUIZA DE DIREITO DA DÉCIMA QUINTA VARA CÍVEL DO FORO CENTRAL DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA, NA FORMA DA LEI FAZ SABER a todos que vierem o presente ou dele tiverem conhecimento que perante este Juízo da 15ª Vara Cível tramitam os autos de Execução de Título Extrajudicial - Despesas condominiais sob nº 0003313-21.2018.8.16.0194 (PROJUDI), em que é exequente o CONDOMÍNIO EDIFÍCIO ILHA DAS PALMAS, e executado TIAGO BASTOS LECKZO, e que por este INTIMA o ESPÓLIO DE DANILO BASTOS LECKZO, representado pelos herdeiros GLENER RÓDOLFO LECKO e PAULA BASTOS LECKZO, e o cônjuge DE TIAGO BASTOS LECKZO, para ciência e contestação, no prazo de 15 (quinze) dias, sobre a penhora do bem imóvel descrito na matrícula n.º 6116, da 1ª Circunscrição Imobiliária de Curitiba, de propriedade do(a) Executado(a) TIAGO BASTOS LECKZO, conforme movimento 110.1 do PROJUDI. O processo pode ser consultado no sítio eletrônico "https://projudi.tjpr.jus.br/projudi_consulta/", com a chave/código PPXZ7 P3BVV 9TAPJ NK7PT ou na Rua Mateus Leme, 1142 - 4º andar - Centro Cívico - Curitiba/PR - CEP: 80.530-010, telefone / WhatsApp 41 3221-9515 e e-mail: ctba-15vj-s@tjpr.jus.br. Para que chegue ao conhecimento de todos e ninguém no futuro alegue ignorância, expedi o presente edital, nos termos dos artigos 256 e 257 do CPC, que será publicado. O prazo para cumprimento será contado após o decurso de 30 (trinta) dias da publicação do presente Edital. Curitiba, 23 de março de 2023. Eu, Sidinei Alencar de Souza, Técnico Judiciário, digitei e conferi. **Sidinei Alencar de Souza Técnico Judiciário** Autorizado pela PORTARIA N.º 03/2020

EDITAL DE CITAÇÃO DOS RÉUS AUSENTES, INCERTOS, DESCONHECIDOS E EVENTUAIS INTERESSADOS, SEUS RESPECTIVOS CÔNJUGES, QUEM CASADO FOR, SEUS HERDEIROS OU SUCESSORES, COM PRAZO DE (20) VINTE DIAS. FAÇA SABER a todos que o presente Edital vierem, ou dele conhecimento tiverem, com prazo de (20) vinte dias, que por parte de CESAR ANTONIO VEIGA (RG: 47283051 SSP/PR e CPF/CNPJ: 644.490.929-53), foi proposta a ação de USUCAÇÃO autuada sob nº 0001774-64.2022.8.16.0037, e como requeridos RÉUS INCERTOS E DESCONHECIDOS (CPF/CNPJ: Não Cadastrado), no qual a parte requerente alega ser possuidora, de forma mansa e pacífica, a mais de 15 (quinze) anos, do imóvel usucapiendo: **Chácara Santo Antônio - lote 40 e 41 - Rodovia PR 410, KM 3+880m - Taquari Corvo - Comarca de Campina Grande do Sul/PR.** Inicia-se a descrição desse perímetro no vértice PHMHV-0650 de coordenadas Lat 25°19'19.012" S e Long 48°54'46.636" W; deste, segue confrontando com SANDRA GALVES ROSA, no azimuth de 122°27' e distância de 342,96 m até o vértice PHMHV-0649, de coordenadas Lat 25°19'24.992" S e Long 48°54'36.290" W; deste, segue confrontando com THALES MARQUES DE SCAPELLINI, no azimuth de 226°20' e distância de 760,78m até o vértice DCQM-1577, de coordenadas Lat 25°19'42.057" S e Long 48°54'55.988" W; deste, segue confrontando com a RODOVIA PR 410, no azimuth de 310°36' e distância de 26,85 m até o vértice DCQV-2996, de coordenadas Lat 25°19'41.447" S e Long 48°54'56.751" W; deste, segue confrontando com a RODOVIA PR 410, no azimuth de 310°07' e distância de 29,08 m até o vértice DCQV-2997, de coordenadas Lat 25°19'40.838" S e Long 48°54'57.546" W; deste, segue confrontando com a RODOVIA PR 410, no azimuth de 310°21' e distância de 19,88m até o vértice DCQV-2998, de coordenadas Lat 25°19'40.424" S e Long 48°54'58.082" W; deste, segue confrontando com a RODOVIA PR 410, no azimuth de 308°05' e distância de 19,65 m até o vértice DCQV-2999, de coordenadas Lat 25°19'40.030" S e Long 48°54'58.635" W; deste, segue confrontando com a RODOVIA PR 410, no azimuth de 304°42' e distância de 20,65 m até o vértice DCQV-3000, de coordenadas Lat 25°19'39.648" S e Long 48°54'59.242" W; deste, segue confrontando com a RODOVIA PR 410, no azimuth de 300°13' e distância de 20,91m até o vértice DCQV-3001, de coordenadas Lat 25°19'39.306" S e Long 48°54'59.868" W; deste, segue confrontando com a RODOVIA PR 410, no azimuth de 297°44' e distância de 20,16 m até o vértice DCQV-3002, de coordenadas Lat 25°19'39.001" S e Long 48°55'00.526" W; deste, segue confrontando com a RODOVIA PR 410, no azimuth de 294°15' e distância de 20,52 m até o vértice DCQV-3003, de coordenadas Lat 25°19'38.727" S e Long 48°55'01.195" W; deste, segue confrontando com a RODOVIA PR 410, no azimuth de 291°05' e distância de 19,76 m até o vértice DCQV-3004, de coordenadas Lat 25°19'38.496" S e Long 48°55'01.854" W; deste, segue confrontando com a RODOVIA PR 410, no azimuth de 290°08' e distância de 19,39 m até o vértice DCQV-3005, de coordenadas Lat 25°19'38.279" S e Long 48°55'02.505" W; deste, segue confrontando com a RODOVIA PR 410, no azimuth de 282°22' e distância de 19,00 m até o vértice DCQV-3006, de coordenadas Lat 25°19'38.044" S e Long 48°55'03.133" W; deste, segue confrontando com a RODOVIA PR 410, no azimuth de 297°41' e distância de 18,54 m até o vértice DCQV-3007, de coordenadas Lat 25°19'37.764" S e Long 48°55'03.720" W; deste, segue confrontando com a RODOVIA PR 410, no azimuth de 309°19' e distância de 18,70 m até o vértice DCQV-3008, de coordenadas Lat 25°19'37.379" S e Long 48°55'04.237" W; deste, segue confrontando com a RODOVIA PR 410, no azimuth de 320°38' e distância de 17,95 m até o vértice DCQV-1578, de coordenadas Lat 25°19'36.928" S e Long 48°55'04.644" W; deste, segue confrontando com SANDRA GALVES ROSA, no azimuth 42°24' e distância de 746,82 m até o vértice PHMHV-0650, ponto inicial da descrição deste perímetro. Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao SGB, e encontram-se representadas no sistema Geodésico, tendo como o datum o SIRGAS 2000. Todos os azimutes e distâncias, área e perímetro foram calculados no plano projetivo SGL E PELO PRESENTE EDITAL. ficam citados os réus os eventuais interessados ausentes, incertos e desconhecidos, e seus respectivos cônjuges, quem casado for, seus herdeiros ou sucessores, para que querendo, contestem a presente ação, através de advogado, no prazo legal de (15) quinze dias a contar do prazo findo deste Edital, sob pena de se decorrido o prazo sem a devida manifestação, serem reputados como verdadeiros os fatos articulados pelo autor na inicial, como preceitaram os artigos 335 e 344 do Código de Processo Civil, em conformidade da decisão de mov. 34.1. OBSERVAÇÃO: Este processo tramita através do sistema computacional PROJUDI, cujo endereço na web é <https://portal.tjpr.jus.br/projudi/>. O acesso ao sistema pelos advogados depende de prévio cadastramento, o qual é obrigatório, devendo comparecer à Sede da Unidade Jurisdicional que já utilize o sistema eletrônico (OAB), Campina Grande do Sul, 12 de abril de 2023. Eu Marco Carvalho de Castro - Técnico Judiciário, digitei e conferi. **CAMILA DE BRITTO FORMOLO Juíza de Direito Substituta**

EDITAL DE LEILÃO EXTRAJUDICIAL

Guilherme Eduardo Stutz Toporoski, Leiloeiro Oficial (Jucepar 12/049-L), autorizado pelo credor fiduciário ADEMICON ADMINISTRADORA DE CONSORCÍOS S/A (CNPJ 84.911.098/0001-29), faz saber, na forma da Lei 9.514/1997 e do Decreto-lei 21.981/1932, que levará a público leilão o Imóvel Apartamento nº 73 do 8º andar do Edifício Giocondia, sito à Avenida Iguazu nº 2141, em Curitiba, com área útil de 123,5100m², área construída de 137,3700m², área comum 30,6009m², área de garagem 23,7400m², área correspondente 191,7109m² e a respectiva fração ideal do solo de 0,031250000 equivalent

MUNICÍPIO DE DOIS VIZINHOS
EXTRATO DE TERMOS E CONTRATOS

Termo de Colaboração nº 001/2023
 Concedente: Município de Dois Vizinhos
 Proponente: Associação Duovizinhense de Futsal – ADF - CNPJ nº 15.170.405/0001-45.
 Objeto: Fomentar a prática esportiva através de projetos de incentivos ao esporte na modalidade de futsal para que atletas possam atuar e representar o município nas principais competições a nível municipal, estadual e nacional, oportunizando em contrapartida a construção de suas carreiras esportivas, implantando políticas públicas que garantam a inclusão social por meio do esporte, visando a formação de novos atletas, assim como desenvolver programas que oportunizem a formação integral do ser humano, retirando crianças, jovens e adultos dos malefícios do mundo oportunizando e desenvolvendo ações que estimulem a preparação para exercer o direito de cidadania e consequentemente à prática da atividade física e recreação social com o intuito de adoção de um estilo de vida mais saudável.
 Valor: R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais).
 Prazo: 11/04/2023 até 10/04/2024.
 Data de Assinatura: 11 de abril de 2023.

Contrato: 070/2023 – Dispensa de Licitação nº 021/2023.
 Contratante: Município de Dois Vizinhos.
 Contratada: Fiorentina Veículos Ltda - CNPJ nº 72.421.936/0001-05.
 Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de revisão dos veículos Fiat Strada placas SDR 6F32 FROTA 425 E SDR 6F33 FROTA 426.
 Valor: R\$ 1.492,00 (um mil, quatrocentos e noventa e dois reais).
 Prazo de Vigência: 6 (seis) meses
 Data de Assinatura: 28 de março de 2023.

Contrato 073/2023 – Inexigibilidade de Licitação nº 010/2023.
 Contratante: Município de Dois Vizinhos.
 Contratada: Associação dos Oficiais de Arbitragem de Futebol de Salão do Paraná – ASSOFUTSAL/PR, CNPJ sob o nº 79.197.448/0001-05.
 Objeto: contratação de empresa objetivando o pagamento de arbitragem dos jogos válidos pelo campeonato paranaense de futsal – SÉRIE OURO/ 2023, nos jogos em Dois Vizinhos – Pr, disputado pela Associação Duovizinhense de Futsal – ADF/ (GALO FUTSAL).
 Valor: R\$ 19.500,00 (dezenove mil e quinhentos reais).
 Prazo de Vigência: 8 (oito) meses.
 Data de Assinatura: 12 de abril de 2023.

Contrato 075/2023 – Concorrência nº 022/2022.
 Contratante: Município de Dois Vizinhos.
 Contratada: FEG Engenharia de Obras Ltda - CNPJ 80.372.808/0001-39.
 Objeto: O objeto do presente Contrato é a execução de Pavimentação sobre pedras irregulares em CBUQ, e 862,89 m2, incluindo serviços preliminares, revestimento, sinalização de trânsito e ensaios tecnológicos e calçadas. Trecho: Rua Dom Pedro (Entre Rua Atanásio Pires e Rua José Cleto), sob regime de empreitada por preço global, tipo menor preço, em consonância com os projetos, especificações técnicas e demais peças e documentos da licitação n.º Concorrência 022/2022, fornecida pelo CONTRATANTE.
 Valor: R\$ R\$ 148.813,09 (cento e quarenta e oito mil, oitocentos e treze reais e nove centavos).
 Prazo de Vigência: 270 (duzentos e setenta) dias.
 Prazo de Execução: Em até 90 (noventa) dias, contados a partir do 21º (vigésimo primeiro) dia da data da assinatura do Contrato de Empreitada.
 Data de Assinatura: 13 de abril de 2023.
 Foro: As partes elegem o foro da Comarca de Dois Vizinhos

Contrato 078/2023 – Inexigibilidade de Licitação nº 009/2023.
 Contratante: Município de Dois Vizinhos.
 Contratada: Real Saúde Gestão Médica Ltda - CNPJ 25.126.895/0001-36.
 Objeto: Credenciamento para contratação de pessoas jurídicas, para a prestação de serviços médicos na especialidade de clínico geral em regime de plantão no Unidade de Pronto Atendimento 24 (vinte e quatro) horas.
 Valor: R\$ 245.721,60 (duzentos e quarenta e cinco mil, setecentos e vinte e um reais e sessenta centavos).
 Prazo de Vigência: 5 de outubro de 2023.
 Data de Assinatura: 13 de abril de 2023.

Primeiro Termo Aditivo ao Chamamento Público nº 002/2022.
 Objeto: Cláusula Primeira - Acresce-se ao valor original constante no item 3.1 do Chamamento Público, a importância de R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais). Cláusula Segunda - Prorroga-se a vigência do Chamamento Público por mais 12 (doze) meses. Parágrafo Único. O prazo de vigência se inicia na data de 11 de abril de 2023.
 Data de Assinatura: 10 de abril de 2023.

Primeiro Termo Aditivo ao Chamamento Público nº 003/2022.
 Objeto: Cláusula Primeira - Acresce-se ao valor original constante no item 6.1 do Chamamento Público, a importância de R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais). Cláusula Segunda - Prorroga-se a vigência do Chamamento Público por mais 12 (doze) meses. Parágrafo Único. O prazo de vigência se inicia na data de 14 de abril de 2023.
 Data de Assinatura: 12 de abril de 2023.

Primeiro Termo Aditivo ao Chamamento Público nº 004/2022.
 Objeto: Cláusula Primeira - Acresce-se ao valor original constante no item 4.1 do Chamamento Público, a importância de R\$ 268.800,00 (duzentos e sessenta e oito mil e oitocentos reais). Cláusula Segunda - Prorroga-se a vigência do Chamamento Público por mais 12 (doze) meses. Parágrafo Único. O prazo de vigência se inicia na data de 03/05/2023.
 Data de Assinatura: 13 de abril de 2023.

**MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ**
Estado do Paraná – Palácio São José
Comissão Permanente de Licitação – CPL**AVISO DE LICITAÇÃO**
CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 005/2023

A Prefeitura do Município de Paranaguá-PR, através da Comissão Especial de Licitação torna público que fará realizar, às 14:00 (quatorze) horas do dia 19 (dezenove) de maio de 2023, na Rua Júlia da Costa, nº 322, na Sala de Reuniões do Departamento de Licitações e Suprimentos – Palácio São José, Concorrência Pública, do tipo menor preço global do lote único, sob a forma de execução indireta, no regime de empreitada por preço global do lote único, para: “**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE OPERACIONALIZAÇÃO DOS RESTAURANTES “POPULAR” E “CIDADÃO”,** conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos e demais documentos técnicos que compõem o Edital, bem como as normas técnicas aplicáveis”.

VALOR MÁXIMO ESTIMADO: R\$ 7.283.100,00 (sete milhões, duzentos e oitenta e três mil e cem reais)
 A Pasta Técnica e o inteiro teor do edital e seus anexos, poderá ser retirado no seguinte endereço: Rua Júlia da Costa, 322, CEP 83.203-060 Paranaguá/Pr, telefone (41) 3721-1788, no horário das 08:00 às 11:00 e das 13:00 às 18:00 horas, ou através do site: www.paranagua.pr.gov.br (Portal da Transparência – Suprimentos – Compras - Licitações). Informações adicionais, dúvidas e pedidos de esclarecimentos, deverão ser dirigidos à Comissão Especial de Licitação no endereço acima mencionado, através do e-mail: cpl@paranagua.pr.gov.br ou pelo telefone (41) 3721-1788.

PARANAGUÁ, 14 DE ABRIL DE 2023.
NEUMA BEATRIZ BARCELLOS VALERA DA SILVA
 Comissão Especial de Licitação – C.E.L.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTA GROSSA - PR
Aviso de Licitação

O Município de Ponta Grossa/PR realizará no dia 04 de maio de 2023, às 09h00min, pregão eletrônico, registro de preços nº 70/2023, através da Bolsa de Licitações e Leilões (www.bllcompras.com), para Eventual aquisição de materiais de construção. Valor Máximo: R\$ 2.401.450,80. Mais informações serão fornecidas das 12 horas às 18 horas na sede da prefeitura ou pelo telefone (42) 3220-1000 (ramal 1006) ou ainda através do link <http://servicos.pontagrossa.pr.gov.br/portaltransparencia/>. Ponta Grossa, 14 / 04 / 2023

Cliciane Lucia Garczarek Torres Pereira
 Secretário Municipal de Administração e Recursos Humanos

SITA – TRANSPORTE DE CARGAS S.A.
CNPJ N.º 78.759.701/0001-04
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA e EXTRAORDINÁRIA**EDITAL DE CONVOCAÇÃO**

São convocados os senhores acionistas a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, a se realizar no dia **28 de abril de 2023, às 9h30min. (nove horas e trinta minutos)**, na sede social, situada na Rodovia Curitiba – Ponta Grossa, BR 277, n.º 125, bairro Mossunguê, em Curitiba (PR), a fim de discutirem e deliberarem sobre a seguinte ordem do dia:

I) Em Assembleia Geral Ordinária:

- Prestação de contas dos administradores, exame, discussão e votação do Balanço Patrimonial e das demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2022;
- Destinação do resultado do exercício findo;
- Fixação da remuneração global dos órgãos da Administração.

II) Em Assembleia Geral Extraordinária:

- Ratificação da distribuição de dividendos intermediários à conta da Reserva de Lucros.

Curitiba, 17 de abril de 2023.

Conselho de Administração

CW Aluminum LTDA

Torna público que requereu à Secretaria Municipal do Meio Ambiente de Curitiba a renovação da Licença de Operação, das atividades de produção de laminados de alumínio e fabricação de artigos de serralheria, exceto esquadrias, situada à Rua Estrada da Graciosa, 438, bairro Atuba, Curitiba-PR.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE MATINHOS**
ESTADO DO PARANÁ
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO**AVISO DE LICITAÇÃO****PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS**
Nº 042/2023 – PMM

LICITAÇÃO COM ITENS EXCLUSIVOS E COM RESERVA DE COTA DE ATÉ 25% (VINTE E CINCO) POR CENTO PARA PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESA (ME), EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (EPP) e MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL (MEI)

OBJETO: AQUISIÇÃO DE CURATIVOS ESPECIAIS PARA USO DE PACIENTES ATENDIDOS PELAS EQUIPES DE ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA - ESF DA SECRETARIA DE SAÚDE, com as características e especificações constantes deste Edital.

VALOR MÁXIMO GLOBAL: R\$392.713,30 (trezentos e noventa e dois mil setecentos e treze reais e trinta centavos).

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM

INÍCIO DO PRAZO PARA ENVIO DA PROPOSTA: Dia 18/04/2023 a partir das 08h00min.

TÉRMINO DO PRAZO PARA ENVIO DA PROPOSTA: Dia 02/05/2023, até às 08h30min.

INÍCIO DA SESSÃO DE LANCES: Dia 02/05/2023 às 09h00 min.

REFERÊNCIA DE TEMPO: Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF).O Município de Matinhos utilizará o portal de Licitações **BLL COMPRAS** link <https://bllcompras.com/Home/Login> para realização desta licitação.

Os licitantes poderão efetuar download do edital e seus anexos no site oficial do Município de Matinhos, no portal de [transparência](https://matinhos.atende.net/transparencia/item/licitacoes-gerais) <https://matinhos.atende.net/transparencia/item/licitacoes-gerais> e obter informações complementares na sede da na sede da Prefeitura de Matinhos, sito à Rua Pastor Elias Abrahão, nº 22, centro, em Matinhos, Estado do Paraná, no horário das 08h00min as 11h30min e das 13h00min às 17h00min, de segunda a sexta-feira, telefone: 0800 3971 600 nos ramais 795 - 807 - 811 ou ainda através do e-mail: licitacao@matinhos.pr.gov.br.

Matinhos, 14 de abril de 2023
Tatiane Maria Pereira Sales
 Pregoeira

Faça um orçamento sem compromisso



www.bemparana.com.br

BEM PARANÁ 3350.6620

COMPANHIA MUNICIPAL
DE HABITAÇÃO DE ARAUCÁRIA**AVISO DE SUSPENSÃO DE LICITAÇÃO
PREGÃO (ELETRÔNICO) Nº 001/2023
PROCESSO LICITATÓRIO DIGITAL Nº 28348/2023**

OBJETO: Contratação de serviços de implantação, gerenciamento, administração, fiscalização, emissão, fornecimento e manutenção de cartão-alimentação e cartão-refeição, através de cartões magnéticos ou de tecnologia similar para os funcionários e diretores da COHAB, em conformidade com o disposto no Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da Companhia e subsidiariamente na Lei nº 8.666, conforme características e condições descritas no Edital e seus Anexos.

O Pregão em epígrafe encontra-se suspenso, para fins de revisão do edital após recebimento de questionamento.

Araucária, 13 de abril de 2023.

JOSÉ FERREIRA SOARES NETO
Diretor Presidente**PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHAIS
PARANÁ**
Secretaria Municipal de Administração

Aviso de Licitação

Pregão Eletrônico nº 046/2023
Sistema de Registro de Preços

OBJETO: "Aquisição de uniformes para Prefeitura Municipal de Pinhais e Pinhais Previdência". **VALOR MÁXIMO:** R\$ 2.566.063,04 **ABERTURA DA SESSÃO:** dia 03/05/2023, às 09:30 horas no site <https://www.gov.br/compras/pt-br/sistemas/comprasnet-siasg> - Portal de Compras do Governo Federal. **EDITAL:** Estará disponível aos interessados, do dia 17/04/2023 ao dia 02/05/2023. **INFORMAÇÕES:** poderão ser obtidas no site citado para abertura da sessão e www.pinhais.pr.gov.br link licitações ou pelo telefone (41) 99147-7864, das 08:00h às 12:00h e das 13:00h às 17:00h. Pinhais, 14/04/2023.

**MUNICÍPIO DE DOIS VIZINHOS
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**

Luis Carlos Turatto, Prefeito de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, torna público, para fins de direito, que ADJUDICA, o objeto da licitação relativamente ao CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 013/2021, cujo objeto é: o CREDENCIAMENTO DE INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR INTERESSADAS NA CELEBRAÇÃO DE TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA PARA REALIZAÇÃO DE ESTÁGIOS NÃO REMUNERADOS DE ESTUDANTES, NA MODALIDADE OBRIGATÓRIO, NOS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, NOS TERMOS DO ART. 2º § 1º DA LEI FEDERAL 11.788/2008., em favor da seguinte proponente:

Credenciada: BTT INSTITUTO EDUCACIONAL LTDA

Ordem 06

CNPJ: 24.104.524/0002-71

E HOMOLOGA o referido procedimento, pois atende todas as formalidades legais e o resultado ser oportuno e conveniente aos interesses da Administração.

Dois Vizinhos, 10 de abril de 2023.

Luis Carlos Turatto-
Prefeito**AVISO DE RETIFICAÇÃO DE EDITAL
AVISO DE RETIFICAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº
036/2023 – UASG 455978**

A Prefeitura Municipal de Mandirituba-PR, torna público e avisa aos interessados que, de acordo com a Lei Federal 8.666/1993 e 10.520/2002, Lei Complementar Federal 123/2006, Decretos Federais 3.555/2000, 10.024/2019 e Decretos Municipais 1038/2007, e 943/2021 e respectivas alterações e demais legislação correlata que **RETIFICOU** o edital da licitação na modalidade Pregão Eletrônico, do tipo menor preço por item que tem por **OBJETO: AQUISIÇÃO DE 2 (DOIS) VEÍCULOS TIPO AMBULÂNCIA E 1 (UM) VEÍCULO TIPO VAN EM ATENDIMENTO A RESOLUÇÃO Nº 933/2021 DA SECRETARIA DE ESTADO DA SAUDE DO PARANÁ SESA. Nova data de abertura das propostas e Recebimento dos lances:** a partir das 09h00min do dia 04 de Maio de 2023. **Valor Máximo:** R\$ 1.095.916,66 (hum milhão noventa e cinco mil novecentos e dezesseis reais e sessenta e seis centavos). O Edital completo poderá ser retirado no Departamento de Compras e Licitações, em dias úteis, ser visualizado na íntegra no site: www.mandirituba.pr.gov.br, www.comprasgovernamentais.gov.br ou fornecido por solicitação ao e-mail: licitacoes@mandirituba.pr.gov.br. Maiores informações pelo Fone: (41) 36261122 Ramal 224.

Luis Antonio Biscaia - Prefeito MunicipalCOMPANHIA MUNICIPAL
DE HABITAÇÃO DE ARAUCÁRIA**TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 003/2023**

Processo Digital: Nº 54916/2023

Processo de Dispensa: Nº 003/2023

Interessado: Companhia Municipal de Habitação de
Araucária – COHAB ARAUCÁRIAFica dispensada de licitação a despesa abaixo
especificada:

Objeto: Contratação de serviços de limpeza e manutenção de áreas da companhia, incluindo roçada, demolições e retirada de entulhos, de acordo com quadro abaixo:

Item	Descrição	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
01	Demolição e retirada dos entulhos, com certificado MTR	110 m ²	94,50	10.395,00
02	Instalação tapume de chapa galvanizada	16 m ²	90,00	1.440,00
03	Retirada de entulhos diversos, com certificado MTR, em diversas áreas da companhia	180 m ³	36,00	6.480,00
04	Roçada em diversas áreas da companhia, conforme demanda	76.000 m ²	0,14	10.640,00
TOTAL				R\$ 28.955,00

Valor: R\$ 28.955,00 (Vinte e oito mil novecentos e cinquenta e cinco reais).

Dotação Orçamentária: 3501.164820014.2259.3.3.90.39.82.02 – Limpeza e Conservação de Espaços Públicos
Prazo de execução: 30 (trinta) dias.

Contratada: ULTRASERV PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA

CNPJ: 05.060.570/0001-90

Fundamento: Artigo 118, inciso II, do Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da COHAB ARAUCÁRIA, e alterações posteriores, em consonância com parecer jurídico acostado aos autos.

Araucária, 14 de abril de 2023.

MARGIA IOLANDA CAMARGO
Diretora Administrativo-Financeira**TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE
LICITAÇÃO Nº 003/2023**

Ratifico a Dispensa de Licitação, com fundamento no artigo 118, inciso II, do Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da COHAB ARAUCÁRIA, em consonância com a justificativa apresentada e parecer jurídico acostado aos autos, objeto de Processo de Dispensa de Licitação Nº 003/2023, Processo Digital Nº 54916/2023, para eficácia do ato mediante publicação.

Araucária, 14 de abril de 2023.

JOSÉ FERREIRA SOARES NETO
Diretor Presidente**Publicação de Atas, Editais,
Balanços e Comunicados,
não precisa custar caro.****Mas precisa ter muita
credibilidade.**

Aponte a câmera do celular para o QR Code abaixo e acesse a página de Publicidade Legal do BEMPARANÁ.

Acesse também pelo link: <https://www.bemparana.com.br/publicidade-legal/>

Reservas: (41) 3350-6620

OS INVESTIDORES ESTÃO DE OLHO NOS SEUS GASTOS. ATÉ MESMO O GASTO COM ESTE ANÚNCIO.

- melhor custo/benefício
- busca/entrega do material
- produção da arte do material

BEM PARANÁ